



PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS
AUTORIZADO A CIRCULAR EM INVÓLUCRO FECHADO DE PLÁSTICO Nº0010200506C PORQUE ATRIBUÍDO VERIFICAÇÃO POSTAL

A LUTA DOS PROFESSORES E A ACÇÃO DA FENPROF CONTRIBUÍRAM PARA TRAVAR UM GOVERNO QUE PRETENDIA ABOLIR DIREITOS FUNDAMENTAIS

AFENPROF alerta todos os professores para que se mantenham mobilizados, atentos e disponíveis para que, das eleições de 20 de Fevereiro não resulte apenas outro Governo, mas também outra política.
A luta pelos seus direitos e a defesa de uma Escola Pública de qualidade e democrática será uma luta de sempre!



FENPROF • Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA

JORNAL DA FENPROF

Federação Nacional dos Professores
Director: Paulo Sucena | nº 198 | Janeiro 2005 | 0.50 Euros



Propostas dos Partidos

O que vão fazer depois das eleições de 20 de Fevereiro?

Só PS, PCP e BE corresponderam ao repto lançado pela FENPROF



Propriedade, Redacção e Administração
Federação Nacional dos Professores
Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 LISBOA
Tels.: 213819190 - Fax: 213819198
E-mail: fenprof@fenprof.pt
Home page: <http://www.fenprof.pt>

Director: Paulo Sucena

Chefe de Redacção: Luís Lobo

Conselho de Redacção: António Avelãs e Manuel Grilo (SPGL), António Baldaia (SPN), Fernando Vicente (SPRA), Nélcio de Sousa (SPM), Luís Lobo (SPRC), Manuel Nobre (SPZS), Teresa Chaveca (Ensino Superior)

Coordenação: José Paulo Oliveira
jpgo@sapo.pt | josepaulooliveira@oninet.pt

Paginação e Grafismo: Tiago Madeira

Composição: Idalina Martins e Lina Reis

Revisão: Inês Carvalho

Impressão: SOCTIP - Sociedade Tipográfica, S.A.
Estrada Nacional, nº 10, km 108.3 - Porto Alto
2135-114 Samora Correia
Tiragem média: 68 000 ex.
Depósito Legal: 3062/88
ICS 109940

O "JF" está aberto à colaboração dos professores, mesmo quando não solicitada. A Redacção reserva-se, todavia, o direito de sintetizar ou não publicar quaisquer artigos, em função do espaço disponível. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.



SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@mail.telepac.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
R. João Francisco de Sousa, 46
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel
Tel.: 296205960 - Fax: 296629498
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page: www.smembers.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com

Destinatários com nome, num texto sem nomes

Que tem de ser assim...!? Isso é qu'era bom!



Pois é!

Tiveram o descaramento de vir dizer que a coisa não era bem como se dizia e que afinal o presidente até não tinha razão, pois eles fizeram tudo o que estava ao seu alcance para que as coisas fossem mais de uma maneira do que afinal acabou por ser... e que até estavam a governar em estabilidade com uma maioria segura!

Depois vêm para a campanha dizer que devíamos tê-los deixado fazer o que queriam... Então nós andamos para aqui a pensar na melhor maneira de mudar as coisas e deixávamos o país afundar-se, afundar-se! Era o que faltava!... É preciso decidir. Ou sim ou não. As duas coisas é que não pode ser.

Vamos esperar mais tempo para ver tudo a correr como tem corrido?! Ainda por cima, mal?! Nem pensar. Eles não

mudam e por isso mudamo-los nós.

Mas há sempre aqueles que fazem lindos discursos e prometem mundos e fundos para depois acabarem a dizer sempre a mesma coisa: Que é o destino e que tem de ser assim, dizem uns. Que é melhor para todos que as coisas não mudem muito, dizem outros. Que se tudo corresse como nós queremos que se calhar era mau para a maioria, dizem ainda outros. Qual maioria,

Vamos esperar mais tempo para ver tudo a correr como tem corrido?! Ainda por cima, mal?! Nem pensar. Eles não mudam e por isso mudamo-los nós.

perguntamos nós!? A maioria dos que ficam contentes com as coisas como estão ou a maioria dos que até vão atrás do voto que eles pedem, mas que no dia a seguir já andam para aí arrependidos de lho terem dado?

Bem... é preciso que fique tudo bem claro e que depois alguns não digam que disseram mas que ninguém os ouviu. Outros a dizer que não disseram porque não tinham a certeza de ser assim. E outros, ainda, a dizer que se soubessem que era importante tinham feito as propostas que queríamos ouvir.

Pois é!

Porém, "há sempre alguém que nos diz: - Tem cuidado". E "há sempre alguém que nos faz pensar um pouco". E que nos apresenta soluções. É tempo de olharmos com atenção e decidirmos em consciência. ■

4 CIMEIRA DA FRENTE COMUM
Trabalhadores da Administração Pública
mobilizados e atentos

6 CONCURSO DE DOCENTES
Uma história de triste memória
(Anabela Delgado)

8 PARECER DA FENPROF
Despacho Normativo relativo à avaliação
dos alunos do Ensino Básico

12 ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO E IPSS's
2004, um ano difícil
com algumas vitórias

29 ENSINO SUPERIOR E INVESTIGAÇÃO
Avança a preparação da Conferência Nacional
(11 e 12 de Março, Lisboa)

30 EDUCAÇÃO ESPECIAL/APOIO EDUCATIVO
Combater Reformas de Exclusão
(Vitor Gomes)

33 MUNDO
Algumas notas sobre Educação no Brasil
(Mário Nogueira)

34 "POBREZA EXTREMA"
Um desafio da Organização das Nações Unidas
à Comunidade Internacional

36 EVOCAR TORGA
FENPROF lança concursos para professores e para jovens
do Ensino Secundário

38 AGENDA CULTURAL
Não fique em casa! Jazz em Portalegre, concertos de música
antiga em Lisboa, Alcobaça, Lagos e Penamacor, etc...

13



20 de Fevereiro: oportunidade soberana para dar um novo rumo à Educação

FENPROF solicitou aos partidos políticos a clarificação das suas propostas em termos de política educativa. Conferência de imprensa em Coimbra com Paulo Sucena, Abel Macedo, Mário Nogueira e José Filipe Estevéns

10



Educação de Adultos: uma obrigação do próximo Governo

A crueza das baixas taxas de escolarização da população portuguesa evidencia a ineficácia das políticas educativas para jovens e adultos seguidas por sucessivos Governos ao longo dos últimos anos. O Encontro que a FENPROF realizou em 26 de Novembro de 2004 demonstrou essa realidade e uma tendência para se perpetuar

Cimeira da Frente Comum

Administração Pública atenta

A Administração Pública na perspectiva de uma necessária política alternativa, os princípios e as reivindicações das organizações representativas dos trabalhadores e o actual momento político, com destaque para o significado das eleições de 20 de Fevereiro, foram os temas centrais da Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, realizada em Lisboa no passado dia 26 de Janeiro



Sabemos o que queremos e sabemos o que não queremos que se perpetue. A 20 de Fevereiro os portugueses vão eleger 230 deputados, não vão eleger o Primeiro-Ministro. É imprescindível que as mulheres e homens que venham a ser eleitos correspondam aos anseios e aspirações de quem trabalha, sublinha o Manifesto aprovado da Cimeira.

A Frente Comum, lê-se mais adiante, está ciente de que os trabalhadores da Administração Pública não querem "mais do mesmo", não querem uma mera mudança de personagens mas sim uma alternativa política. Esta alternativa política terá que assentar não em qualquer pacto de regime sem conteúdo substantivo mas no respeito pela Constituição da República Portuguesa e nos direitos dos trabalhadores na mesma consagrados.

Saliendo que "a Administração Pública é um instrumento estruturante fundamental para uma política de desenvolvimento económico, social e cultural do

País", o Manifesto aprovado observa:

"A dignificação e democratização da Administração é também indissociável de uma política que dignifique, valorize e respeite a dignidade pessoal e profissional dos seus trabalhadores e que não os considere como meros "pesos orçamentais" que devem "emagrecer" em nome do equilíbrio orçamental."

Na verdade, acrescenta a Frente Comum, "o problema mais grave que Portugal enfrenta não é o problema do défice orçamental, como os discursos oficiais e o pensamento único pretendem fazer crer, mas sim o problema do crescimento económico, do desenvolvimento do aparelho produtivo, da criação de mais riqueza, bem como um efectivo combate à fraude e

evasão fiscais do qual resultaria o aumento da receita tendo em vista uma mais justa repartição do rendimento."

Como alerta o *Manifesto*, "diabolizar tudo o que é público, sacralizar a gestão privada, tem-se traduzido na Administração Pública pela entrega ao poder económico dominante de tudo o que é lucrativo, fazendo recair os custos nos contribuintes, aumentando taxas, propinas, custas judiciais pondo em causa a universalidade de acesso a serviços públicos impreteríveis, privatizando-os, encarando-os numa lógica meramente lucrativa e de mercado não investindo na melhoria das condições de funcionamento dos serviços públicos e retirando direitos aos trabalhadores e aos utentes." |

Reafirmar princípios e reivindicações



A Frente Comum considera que as reivindicações constantes da *Proposta Reivindicativa 2005* se mantêm actuais e que o próximo Governo deverá abrir um efectivo processo negocial.

Em causa estão matérias fundamentais como a necessidade de uma efectiva valorização dos salários, pensões e demais prestações pecuniárias; da reposição dos direitos referentes à aposentação com a revogação dos diplomas que puseram em causa os direitos dos trabalhadores da Administração Pública;

e da revogação da legislação laboral lesiva de direitos (contrato individual de trabalho, lei quadro dos institutos públicos, administração directa do Estado, avaliação de desempenho).

A estabilidade de emprego com a integração nos quadros, com vínculo de emprego público, de todos os trabalhadores que desempenhem funções permanentes, nomeadamente, os trabalhadores em situação precária e em contrato individual de trabalho, é outra reivindicação central da Frente Comum.

A Cimeira de Janeiro chamou ainda a atenção uma vez mais para a necessidade de recondução dos Hospitais SA ao sector público administrativo, de revogação da Lei de Bases da Segurança Social; de defesa de uma Escola pública gratuita, democrática e de qualidade; e da revogação de todas as normas gravosas do Código de Trabalho e da sua regulamentação.

A Frente Comum exige o fim das privatizações quer de serviços e funções quer de vínculos laborais, o respeito pelo direito à negociação colectiva e a dignificação dos trabalhadores. |



Saberemos julgar com justiça

O país vai a votos. A luta dos trabalhadores e a pressão dos homens e das mulheres que se opuseram ao governo justificaram a mudança de opinião do Presidente da República e abriram portas à esperança, alimentando o sonho de poder ver Portugal retomar o caminho que Abril traçou.

A evidência do desastre da economia, do emprego, da segurança social, da educação ou da saúde obrigavam a que não se tomasse outra que não esta decisão, contra mesmo os que, no poder, defendiam o direito de continuarem a exercer todas as malfeitorias que pretendessem.

Temos agora as condições para, serenamente, fazermos uma retrospectiva dos últimos anos, das opções políticas de cada um dos governos, ler o trabalho das oposições e decidir sobre o nosso futuro imediato.

É urgente, agora, materializar o sonho.

Por esse motivo, decidiu o Secretariado Nacional suscitar a todos os Partidos com representação parlamentar que respondessem a um leque diversificado mas incontornável de questões sobre o futuro da acção dos seus eleitos enquanto deputados ou da sua acção caso venham a formar governo. Não sendo estranho, o PSD e o PP não responderam ao desafio lançado, por ser, talvez, "inconveniente" deixar registadas as suas opiniões sobre o futuro do código de trabalho, da lei de bases do sistema educativo, da legislação sobre concursos, da aposentação, das carreiras docentes ou das políticas para a administração pública.

No dia 20 de Fevereiro saberemos julgar com justiça. |

Concurso de docentes: Uma história de triste memória

■ Anabela Delgado (*Secretariado Nacional da FENPROF*)

O ano lectivo 2004/2005 fica marcado na história da Educação em Portugal pela enorme incompetência que os vários responsáveis pelo Ministério da Educação manifestaram ao longo de todo o processo que conduziu à realização do concurso nacional de Educadores e Professores. O resultado dessa enorme incompetência traduziu-se num enorme pesadelo para um número significativo de docentes, muitos dos quais ainda aguardam a resolução dos problemas criados pela manifesta incompetência e irresponsabilidade das equipas que têm liderado o Ministério da Educação.

Logo após a divulgação das primeiras listas graduadas a FENPROF exigiu a sua retirada e a sua substituição por novas listas corrigidas. Exigiu igualmente a instauração de uma auditoria externa aos concursos para 2004/05 com vista ao apuramento de responsabilidades políticas, técnicas e financeiras de todo o processo. Perante o caos, a equipa de David Justino acabou por ser obrigada não só a "retirar" as listas que inicialmente divulgou como a aceitar uma auditoria que o governo de então entregou ao Ministério das Finanças.

À precipitação da equipa de David Justino na "imposição" de um novo diploma de concursos que não foi capaz de operacionalizar correctamente, seguiu-se a equipa de Maria do Carmo Seabra que tentou fazer crer à opinião pública que num ápice seria capaz de resolver todos os problemas criados às escolas e aos docentes de tal forma que o ano lectivo se iniciaria com normalidade. Prometeu ainda a divulgação dos resultados da auditoria até Dezembro.

Porém, rapidamente ficou patente a demagogia desta nova equipa que apesar de todo o espectáculo mediático que ensaiou não foi capaz de cumprir os compromissos que assumiu. O ano lectivo não se iniciou na data prevista e as listas de colocação de docentes que sucessivamente foram sendo divulgadas apresentaram sistematicamente erros e omissões impossíveis de compreender e muito menos de aceitar. O processo de resposta aos recursos apresentados pelos docentes tem-se arrastado. Entretanto foi-se sabendo que também o prazo para divulgar os resultados da auditoria iniciada no tempo de David Justino não era para cumprir.

Perante a pressão da FENPROF, dos docentes e da própria opinião pública, Morais Sarmento acabou por anunciar que seriam finalmente divulgados os resultados da auditoria... notícia rapidamente desmentida por Maria do Carmo Seabra, com o argumento de que alguns dados do relatório seriam confidenciais.



A questão dos concursos tem merecido da FENPROF e dos seus sindicatos uma atenção permanente, intervindo em defesa da legalidade e dos legítimos direitos dos educadores e professores

Soube-se entretanto que tais contradições faziam parte do espectáculo que a Ministra se propunha colocar no ar: o anúncio em conferência de imprensa das conclusões do dito relatório! A Ministra da Educação foi mesmo mais longe: não se dispôs a comparecer na Assembleia da República para prestar esclarecimentos aos deputados, afirmando mesmo que tal acto não se lhe afiguraria "interessante"! Ignorância? Falta de respeito? Ou simplesmente prepotência?!

O prazo assumido pelo Ministério da Educação para responder a todos os recursos esgotou-se. Contudo, ainda são vários os docentes que aguardam resposta ao seu processo. Outros há que, ao contrário do compromisso assumido pelo ME de resolver positivamente todos os casos em que os erros fossem imputáveis exclusivamente aos serviços do ministério, se confrontaram com um despacho de indeferimento.

Aproxima-se entretanto a data dos concursos para o próximo ano escolar. Será ainda esta equipa a responsável pelo processo. Os concursos decorrerão num quadro legal alterado pontualmente pela equipa de Maria do Carmo Seabra que desencadeou mais um processo de revisão da legislação (a 2ª revisão de um diploma de 2003). Estas alterações foram aprovadas em Conselho de Ministros, antes da data que o Ministério da Educação calendarizou como limite do processo negocial, não tendo sido introduzida qualquer das propostas apresentadas pela FENPROF em sede de processo negocial que efectivamente não ocorreu. O decreto-lei com

as alterações introduzidas está já publicado em Diário da República.

Maria do Carmo Seabra assumiu que no próximo concurso não seriam abertas novas vagas nos quadros. Há mesmo indícios de que os critérios utilizados para o levantamento do número de lugares dos quadros de escola para o próximo ano, foram "pensados" para justificar a decisão de encerrar "administrativamente" mais alguns milhares de lugares de quadro de escola! Esta será provavelmente "a grande decisão política" da Ministra da Educação que os docentes, os estudantes e a escola portuguesa não merecem!

A FENPROF exige rigor e transparência em todo o processo de colocação dos docentes. O processo de concurso para recrutamento de docentes é um acto de gestão de carácter essencialmente técnico. Como tal, os responsáveis pela sua execução têm o dever de o conduzir com competência e eficácia, evitando que se transforme em notícia pelos piores motivos!

Em nome da defesa da Escola Pública, os docentes e os portugueses em geral exigem que o próximo ano escolar se inicie e decorra com toda a normalidade. Como contribuintes, os docentes e os portugueses em geral exigem o esclarecimento cabal sobre responsabilidades e incidências no erário público do processo do presente ano. A FENPROF está efectivamente empenhada neste processo. Para o efeito fez já chegar à Comissão de Inquérito, a seu pedido, todos os elementos de que dispõe para ajudar ao apuramento da verdade como se impõe. ■

Balanço final da apreciação dos cerca de 9.500 recursos hierárquicos



Na reunião convocada pelo Director-Geral dos Recursos Humanos da Educação o Ministério fez o balanço final da apreciação aos recursos hierárquicos apresentados pelos docentes relativamente ao concurso para 2004/2005.

Dos cerca de 9.500 processos apresentados, o ME informou que apenas cerca de 5 dezenas aguardam ainda análise. Contudo, a FENPROF verifica que o número de docentes que aguardam ainda resposta aos recursos apresentados é bastante superior ao número apresentado pelo Director-Geral, como sublinha uma nota entretanto divulgada pelo Secretariado Nacional da Federação.

Para além da falta de notificação aos docentes, a FENPROF constata que algumas respostas favoráveis dadas aos recursos estão incompletas, na medida em que não é dada informação sobre a situação concreta do docente (número de graduação em função da apreciação favorável feita e/ou colocação obtida).

O Ministério da Educação, constatando o atraso na notificação aos docentes, informou que até ao dia 17 de Janeiro todas as notificações seriam enviadas, o que acaba por representar mais algum atraso na conclusão do processo.

Em nome da total transparência do processo global, a FENPROF exigiu ainda a explicitação do tipo de resposta (provimento ou negação do mesmo) dada aos 9.500 recursos apresentados e a divulgação da lista definitiva de graduação resultante das correcções que se impõem após a análise de todos os recursos. |

Faleceu o Eng^o João Cunha Serra, Presidente do CPPC



Faleceu João Avelino da Rocha Cunha Serra, presidente do Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC) e antigo bastonário da Ordem dos Engenheiros. Contava 86 anos.

Cunha Serra presidia há mais de três décadas à direcção nacional do CPPC e ocupou os cargos de bastonário da Ordem dos Engenheiros, entre 1974 e 1976, de inspector-geral dos Correios e Telecomunicações, de presidente do conselho de gerência dos CTT e de vereador da Câmara Municipal de Lisboa pela Aliança Povo Unido (APU), entre 1978 e 1989. Foi ainda dirigente do MDP/CDE e da Intervenção Democrática. "A sua vida pautou-se por uma luta constante na defesa dos valores da democracia, da solidariedade e da paz. O seu desaparecimento constitui uma enorme perda em Portugal e no estrangeiro", salienta o CPPC, em comunicado.

À família e particularmente ao dirigente do SPGL e da FENPROF, João Cunha Serra, docente do Instituto Superior Técnico, o JF apresenta, em nome da Federação, sentidas condolências.

no alvo



Universidade de Vale de Sousa?

Insólita resolução do Conselho de Ministros de um Governo de gestão...

"A FENPROF foi surpreendida pela decisão insólita do Conselho de Ministros de aprovar um decreto-lei visando a criação da Universidade de Vale de Sousa, a partir da transformação dos actuais Instituto Superior de Ciências da Saúde Norte e Instituto Politécnico de Ciências da Saúde Norte, cuja entidade titular é a CESPU. Não porque desconheça toda uma teia de interesses e influências que há longos anos se move nesse sentido, mas por esta resolução ser tomada por um Governo de gestão e à revelia de todos os princípios que vinham a ser afirmados pelo ministério da tutela", sublinha uma nota de imprensa divulgada recentemente pelo Departamento do Ensino Superior da FENPROF.

Depois de lembrar que "o Governo é de gestão" e que "o Ensino Superior não está (nunca poderá estar) em época de saldos", a FENPROF realça mais adiante:

"A aprovação deste diploma, preparado com o envolvimento directo do Primeiro-Ministro e da Ministra da Ciência, Inovação e Ensino Superior, só pode ser entendida como uma medida de claro favorecimento de uma instituição privada, visando fins eleitoralistas."

Acrescenta a nota do Departamento do Superior, assinada por Mário Carvalho:

"Depois de um convite à reflexão promovido pelo MCIES sobre o futuro do Ensino Superior e uma estratégia para a excelência, esta notícia da criação da Universidade de Vale de Sousa surpreende pelo insólito. Uma instituição com formação numa única área do conhecimento e onde não é conhecida actividade de investigação é "graduada" em universidade por um Governo de gestão que afirma que há uma urgente necessidade de regulação do sistema e que é imprescindível um grande rigor na atribuição de um estatuto institucional (universitário ou politécnico) na matriz geral."

Perante este quadro, a FENPROF espera naturalmente que o Presidente da República não venha a promulgar o injustificável decreto-lei que visa criar a referida Universidade. |

Parecer da FENPROF

Despacho Normativo nº 1/2005 relativo à avaliação dos alunos do Ensino Básico

Numa apreciação geral ao Despacho Normativo nº 1/2005 (avaliação dos alunos do básico), a FENPROF, em documento divulgado pelo seu Secretariado Nacional em 14 de Janeiro, chama a atenção para os seguintes aspectos:

O despacho normativo é, no essencial, a adaptação do anterior diploma, produzido pelo último governo do PS, o Despacho Normativo n.º 30/2001, de 19 de Julho, ao novo mecanismo da avaliação sumativa externa para os alunos do 9.º ano – a realização de exames nacionais a Língua Portuguesa e Matemática.

A versão final, apesar de introduzir o conceito de avaliação diagnóstica, que tinha sido expurgado na primeira versão, agrava, no entanto, muito mais significativamente o primeiro texto, ao introduzir a retroactividade da avaliação aos três anos do ciclo, a ser incluída nos exames de Português e Matemática.

Para além disso, é manifestamente ilegal seleccionar os alunos que se podem candidatar a este exame obrigatório, excluindo aqueles que, mesmo dentro da idade de frequência do Ensino Básico, tenham excedido o número de faltas permitido e aqueles que não tenham conseguido uma avaliação sumativa interna positiva (salvo se já tiverem alcançado a idade limite de frequência do Ensino Básico).

Ou seja, prova-se que os exames servirão para reter os alunos ou para aferir as notas da avaliação sumativa interna que foi realizada pelas escolas. Servirão, também, para a elaboração de rankings das escolas do Ensino Básico, à semelhança do que já acontece com as do Ensino Secundário. E serão certamente utilizados para introduzir lógicas externas de avaliação do desempenho dos professores.

Os objectivos pretendidos pelo actual governo demissionário – aumentar a selectividade e a exclusão da frequência dos

Ensinos Básicos e Secundário de um crescente número de alunos – nada têm a ver com a credibilização do sistema, antes pretende destruir a base ao actual sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, de carácter formativo e contínuo.

Esta alteração agora introduzida é, também, completamente desajustada à realidade do nosso sistema educativo, por motivos de natureza sociológica, pedagógica e até decorrentes do modo caótico como foi iniciado o presente ano lectivo.

Com efeito, tendo em consideração as mais recentes estatísticas da Educação, as taxas de insucesso escolar, no Ensino Básico, são já anormalmente elevadas no 3.º ciclo, em relação aos outros dois ciclos anteriores, as taxas de abandono escolar, no mesmo segmento, continuavam ainda na casa dos 25%, no ano de 2001.

O previsível efeito da introdução dos exames seria o aumento das taxas de insucesso e de abandono escolar e a transformação do último ciclo do Ensino Básico numa rampa de selecção para a restrição do acesso ao Ensino Secundário, num país em que cerca de 45% dos jovens, entre os 18 e os 24 anos, não concluíram o Ensino Secundário e já não se encontram matriculados no sistema educativo.

No plano pedagógico, é uma monstruosidade técnica e científica, afirmar-se que "a avaliação formativa é a principal modalidade de avaliação do ensino básico e assume carácter contínuo e sistemático" se, depois disso, se atribui o peso de 30% (que este ano seria excepcionalmente de 25%) a uma única prova de avaliação sumativa para classificar o trabalho desenvolvido ao longo de três anos lectivos (excepcionalmente, este ano incidirá apenas sobre os programas do 9.º ano).

Acresce ainda, que se prevê que esta prova de avaliação sumativa externa, revestindo a forma de exames nacionais a



Língua Portuguesa e a Matemática, seja realizada já no corrente ano lectivo, marcado por um caótico processo de colocação de docentes, que teve como consequência um número de unidades lectivas efectivamente não dadas em muitas escolas do país, em muitas disciplinas.

Por consequência, tal ter-se-á verificado, também, a Língua Portuguesa e Matemática, por razões meramente imputáveis ao M.E., que se coloca no lugar de vir exigir agora, que todos os alunos se apresentem a exame como se estivessem em igualdade de circunstâncias para vir a realizar essas provas nacionais.

Face aos projectos educativos já aprovados pelas escolas, a introdução – a meio do ano lectivo – da obrigatoriedade da realização de exames nacionais é um factor de perturbação, podendo vir a ter como possível resultado o reforço da preparação selectiva dos alunos nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, com prejuízo do trabalho realizado nas outras disciplinas e no próprio projecto global de escola.

Por todas estas razões, a FENPROF está contra a introdução destas provas de

Os objectivos pretendidos pelo actual governo demissionário – aumentar a selectividade e a exclusão da frequência dos Ensinos Básico e Secundário de um crescente número de alunos – nada têm a ver com a credibilização do sistema, antes pretende destruir a base ao actual sistema de avaliação dos alunos do ensino básico, de carácter formativo e contínuo



avaliação sumativa externa, defendendo tal como se prevê no restante articulado do projecto de diploma, em relação às outras disciplinas, a realização de provas globais a todas as disciplinas, dentro do âmbito da avaliação sumativa interna, no final do 9.º ano de escolaridade, concordando igualmente com a atribuição do peso de 25% que lhes é atribuído no âmbito da classificação final de cada disciplina.

Para a avaliação externa do sistema a FENPROF entende que esta deve ser feita, não só por uma inspecção pedagógica, dotada de meios para o efeito, como ainda pela realização de provas de aferição, por amostragem, no ano terminal de cada um dos três ciclos do Ensino Básico.

Entretanto, numa apreciação já na especialidade, a FENPROF observa:

Modalidades de Avaliação – De facto, como já foi referido na primeira parte deste documento, a introdução da modalidade da avaliação sumativa externa foi a principal novidade deste projecto de diploma, que retoma a revisão da revisão curricular feita pelo último governo do PS, sem que se consiga vislumbrar, por detrás das medidas ora introduzidas, como é o caso dos exames, qualquer fundamentação ou considerações teóricas justificativas da introdução dessa medida avulsa e contraditória com o esquema global da avaliação dos alunos já estatuído.

Com efeito, lê-se e relê-se o preâmbulo do texto e não há um único fundamento, ou justificação técnica, para a introdução dos exames, o que não deixa de ser significativo quanto à posição do legislador, que está apenas preocupado em introduzir uma medida de carácter claramente político, ao arrepio de qualquer fundamentação ou considerações que a pudessem enquadrar ou justificar.

Apoios Educativos – Aquilo que poderia ser considerado mais inovador no projecto

do diploma (uma vez que o anterior não o contemplava) embora estivesse ferido por considerações teóricas à Monsieur de La Palice – como por exemplo quando se escrevia no anterior ponto 73 do projecto inicial deste documento: “A prática pedagógica tem demonstrado que a superação das dificuldades de aprendizagem de grande parte dos alunos se tem revelado muito mais eficaz mediante o recurso a metodologias e estratégias diversificadas introduzidas no quotidiano da sala de aula do que a apoios adicionais” – foi retirado na versão final do despacho normativo, o que não deixa de ser significativo, em termos negativos, esta manifestação de desinteresse pela resolução dos problemas dos alunos com necessidades educativas especiais, por parte do governo.

Diploma e Certificado de Estudos – A mesma hipocrisia parece estar patente na atribuição, segundo prevê este projecto de diploma, de duas modalidades de certificação aos alunos que frequentam o Ensino Básico: o “diploma”, no caso de obterem aprovação na avaliação sumativa final do 3.º ciclo, ou um “certificado” do cumprimento da escolaridade obrigatória, quando o aluno atinge a idade limite da escolaridade obrigatória sem aprovação ou avaliação sumativa final do 9.º ano.

A FENPROF entende que existe nestas medidas propostas (aliás na sequência do anterior diploma) um claro desrespeito, quer pela Constituição da República Portuguesa, quer pela Lei de Bases do Sistema Educativo, a Lei 46/86, onde pontifica que a escola deve proporcionar igualdade de oportunidades aos alunos quer no acesso, quer no sucesso escolares.

Estamos perante uma formulação que institucionaliza uma clara discriminação dos alunos quanto à possibilidade de obterem sucesso escolar, ou que claramente incentiva à desistência de virem a ter sucesso na escola e que este projecto de diploma parece

querer reforçar, dando a ideia de que se quer ver livre deles no sistema educativo logo que atinjam o limite de idade para a frequência escolar obrigatória.

A retenção – Também este diploma vem cercear a autonomia das escolas e dos seus órgãos quando institui medidas centralizadoras quanto ao processo de retenção dos alunos, que fica agora obrigatoriamente dependente da aprovação em Língua Portuguesa e Matemática. A própria possibilidade dos encarregados de educação contestarem a classificação atribuída aos seus educandos só é possível no último período lectivo, o que se nos afigura uma limitação pouco razoável.

Conclusão

Em jeito de conclusão, a FENPROF sublinha um conjunto de aspectos fundamentais, começando por lembrar que contestou o modo como foi lançada, no ano lectivo de 2001/2002, esta revisão curricular do Ensino Básico, devido ao facto de não terem sido criadas previamente condições nas escolas para que ela viesse a ter sucesso, numa clara opção de privilegiar a decisão política de a lançar e deixando o ónus às escolas de criar, ou não, as condições para a pôr em prática com um mínimo de sucesso.

O que estes dois últimos governos fizeram, antes mesmo de se completar um ciclo completo de estudos, dado que apenas se entrou no seu terceiro ano lectivo, e antes mesmo de se proceder a qualquer avaliação da mesma e das condições em que ela foi lançada, é claramente uma revisão de alguns dos seus aspectos estruturantes, ao diminuir de dois para um os docentes que acompanham as áreas curriculares não disciplinares de Projecto e Estudo Acompanhado e, agora, com a introdução da decisão política neo-conservadora dos

exames a Língua Portuguesa e Matemática, no 9.º ano, retomando uma prática extinta há mais de 20 anos, sem que se tivesse promovido qualquer debate prévio sobre as vantagens desta medida.

Para além disto o novo despacho normativo vem criar uma situação insustentável, tanto jurídica como pedagogicamente, ao prever reuniões de avaliação já no próximo mês de Fevereiro para as disciplinas semestrais do 7.º e 8.º anos.

O próprio facto da actual titular do M.E. ter anunciado, na Assembleia da República, nos inícios de Outubro, a decisão política de proceder a uma nova revisão curricular,

com o reforço da Língua Portuguesa e da Matemática (e quiçá, das Ciências da Natureza, que entretanto parece ter deixado cair), só pode significar que o entendimento deste governo, a respeito das medidas de política educativa e das reformas curriculares, tem apenas uma posição meramente economicista e instrumental, privilegiando a intervenção avulsa, em detrimento do estudo, da análise, da avaliação e da ponderação que estas políticas deveriam merecer. E não deixa de ser sintomático que esta visão neo-conservadora tenda a aproximar o entendimento dos 9 anos do Ensino Básico, do "ler, escrever e contar"

dos 4 anos da escola básica salazarista, funcionando ao arpejo de qualquer escola democrática, quando pretende logo à partida transformar o Ensino Básico, que devia ser generalizado universalmente e tendencialmente gratuito, num ciclo com um grau de selectividade semelhante à existente do Ensino Secundário, o que contraria todos os princípios e objectivos estabelecidos na Lei de Bases do Sistema Educativo, relativamente a este ciclo de ensino.

A FENPROF irá exigir aos partidos políticos, agora em pré-campanha eleitoral, uma tomada de posição sobre esta questão dos exames do 9.º ano. ■



EDUCAÇÃO DE ADULTOS

Uma nova política de Educação de Adultos Uma obrigação do próximo Governo

■ António Anes (*Secretariado Nacional da FENPROF*)

A crueza das baixas taxas de escolarização da população portuguesa evidencia a ineficácia das políticas educativas para jovens e adultos seguidas por sucessivos Governos ao longo dos últimos anos.

O Encontro de Quadros Educação de Adultos que a FENPROF realizou em 26 de Novembro de 2004 demonstrou essa realidade e uma tendência para se perpetuar. O afastamento em relação à União Europeia quer a 15, quer a 25 é dramático.



Tem-se apostado em modelos avulsos, experiências inconsequentes, importação de sistemas que não se adequam à realidade portuguesa, ou, pior, já falharam nos países onde se realizaram.

Generalizam-se modelos, por vezes únicos, que conduzem ao insucesso da maioria da população adulta que os frequenta. O exemplo mais claro desta situação foi a generalização do Sistema de Ensino por

Unidades Capitalizáveis (SEUC) ao 3º ciclo do ensino básico e ao secundário na década de 90 do Século XX. O mais recente é a generalização do sistema de módulos no ensino secundário sem os programas homologados, com uma burocratização excessiva na modalidade não presencial, com uma carga horária inadaptada...

Insiste-se num único modelo de U.C. no 3º Ciclo com níveis de insucesso e abandono várias vezes divulgados.

Correlaciona-se o insucesso dos jovens e adultos com desperdícios económicos e como consequência encerram-se os cursos de ensino recorrente em dezenas de escolas públicas afastando mais uns milhares da possibilidade de continuar/concluir estudos.

Confunde-se o abuso oportunista de alguns alunos/escolas da utilização do ensino recorrente, para cuja solução bastaria a eficácia da IGE, com a totalidade da população adulta que estuda, castigando-a com processos intimidatórios e penalizações desnecessárias.

Aplica-se absurdamente o regime de faltas do ensino regular a jovens e adultos que trabalham e têm, por norma, vida familiar.

Este esboço caracterizador da situação da Educação de Adultos em Portugal coloca os Partidos Políticos (estamos em campanha eleitoral) e toda a comunidade educativa perante a responsabilidade de propor soluções capazes de inverter as baixas taxas de escolaridade e os baixos níveis de qualificação dos portugueses. Soluções que não poderão ser avulsas, destituídas de qualquer ligação entre elas, sem coerência política, mas sim sustentadas em metas realistas e consequentes.

Neste sentido foi relevante a realização do "Encontro de Quadros de Educação de Adultos em Portugal" pela FENPROF em 26 de Novembro de 2004, atrás referido, cujas intervenções serão objecto de um caderno da FENPROF a publicar brevemente e que poderão constituir um excelente contributo para a definição de uma política educativa de adultos a seguir pelo próximo Governo.

Gostaria, no entanto, de antecipar alguns tópicos que, na minha modesta opinião, poderão contribuir para uma nova política de educação de adultos.

1. Um conceito de educação de adultos que não se restrinja à formação para sustentáculo do mercado de trabalho.

As propostas neoliberais têm falhado ao julgar que a educação tem como fim único a qualificação da mão de obra para sustentar o desenvolvimento económico e social em Portugal. A educação de adultos tem que ser vista, para além disso, como um "instrumento para a democracia" visando o combate à iliteracia e a qualificação nas suas várias vertentes: profissional, social, cultural e pessoal e assuma o reforço de identidade nacional.

2. Instituição de metas significativas de níveis de escolaridade e qualificação capazes de nos aproximar dos níveis europeus.

Os dados apresentados nos quadros são exemplarmente demonstrativos da necessidade de melhorar o nosso desempenho neste domínio:

- A baixa alteração dos níveis de escolaridade da população entre 1991 e 2002 (ver quadro 1)

- O afastamento brutal entre os níveis de escolaridade de Portugal na União Europeia, e particularmente significativo o

afastamento dos novos países da UE (ver quadro 2)

- A perpetuação da baixa escolaridade da população portuguesa (ver quadro 3)

3. Uma visão integral e global da Educação de Adultos →

Quadro 1

Alteração do nível de escolaridade da população entre 1991 e 2002							
PAÍSES	1991 População			2002 População			2002-1991
	Inf.12.º	12.º	superior	Inf.12.º	12.º	superior	Inf. 12.º
Portugal	86%	8%	7%	80%	11%	9%	-6%
Grécia	49%	37%	14%	29%	45%	26%	-20%
Espanha	78%	12%	10%	58%	17%	24%	-20%
Itália	72%	22%	6%	54%	36%	10%	-18%
Irlanda	53%	27%	20%	40%	35%	25%	-13%
França	49%	36%	15%	35%	41%	24%	-14%
Suécia	31%	44%	25%	18%	49%	33%	-13%
OCDE	45%	37%	18%	33%	44%	23%	-12%

Quadro 2

Síntese da situação (grave) de Portugal na UE25 relativa a níveis de escolaridade				
Fonte EUROSTAT	Nível de Educação - 2002 % da população com ensino			Abandono escolar - 2002
PAÍSES	Básico	Secundário	Superior	Pop. 18/24
UE15	35,4%	42,9%	21,8%	18,8%
PORTUGAL	79,4%	11,3%	9,4%	45,5%
Rep. Checa	12,2%	76,0%	11,6%	5,5%
Estónia	12,5%	57,9%	29,6%	12,6%
Letónia	17,4%	63,1%	19,6%	19,5%
Lituânia	15,2%	40,7%	44,6%	14,3%
Hungria	28,6%	57,3%	14,1%	12,3%
Polónia	19,2%	68,6%	12,2%	7,6%
Eslovénia	23,2%	62,1%	14,8%	4,8%
Eslováquia	14,2%	75,0%	10,8%	5,6%

Quadro 3

Baixa escolaridade tende a perpetuar-se em Portugal - Censo de 2001		
GRUPOS/NÍVEIS	População empregada com menos de 34 anos	% da população total empregada com menos de 34 anos
Portugal	1.950.191	100,0%
Ensino Básico	952.243	48,8%
1º ciclo	222.012	11,4%
2º ciclo	416.466	21,4%
3º ciclo	313.765	16,1%
Ensino secundário	607.311	31,1%
Ensino médio	2.380	0,1%
Ensino superior	379.409	19,5%

Quadros retirados da comunicação de Eugénio Rosa, no Encontro sobre Educação de Adultos da FENPROF, realizado em 26 de Novembro de 2004, em Lisboa

Todos os modelos, todas as propostas actuais terão que ser repensadas de uma forma coerente e com objectivos claros. A pulverização actual de diferentes modelos, diferentes currículos, diferentes exigências... é insustentável.

4. Sustentar a educação de adultos nas escolas públicas

Independentemente dos protocolos a realizar com entidades privadas e com outras instituições públicas, a educação de adultos deverá centrar-se nas escolas públicas, aproveitando os recursos físicos e humanos nela existentes e potenciando a rede escolar pública para atrair os jovens/adultos a voltar a estudar.

O conceito de escola como espaço único para jovens está ultrapassado. As escolas terão que se constituir como pólos de educação e formação contínua que sirva toda a comunidade da área geográfica onde se encontra inserida.

5. O Governo deverá constituir incentivos às empresas e aos trabalhadores de forma a provocar a frequência do ensino recorrente, dos cursos de educação e formação, de formação contínua, do ensino superior.

6. Alargar a possibilidade às escolas públicas de se constituírem em Centros de Reconhecimento de validação e certificação de competências (CRZCC) como garante quer da sustentabilidade financeira deste modelo, mesmo quando terminarem os fundos europeus, quer de combater o desperdício de recursos humanos que se verifica em várias escolas e potenciar a entrada de jovens professores para o mercado de trabalho, actualmente muito dificultada.

7. A Instituição de modelos de educação de adultos que tenham em conta a especificidade dos vários públicos-alvo que assentem em matrizes curriculares e cargas horárias adaptadas a esses públicos mas que permitam o mesmo grau de exigência entre elas e possibilitem a integração noutros modelos e o prosseguimento de estudos.

8. Assunção por parte das escolas da relevância do Ensino Recorrente valorizando-o como uma componente essencial da oferta educativa na sua região.

O "desprezo" a que tem sido votado na maioria das escolas é, na realidade, um dos factores do insucesso que se tem verificado neste subsistema de ensino.

Como nota final gostaria de lembrar que o novo sistema de módulos instituído no Ensino Secundário, neste ano lectivo, tem potencialidades, independentemente do seu mau lançamento. Ajudar a FENPROF a avaliá-lo será, com certeza, um contributo que todos os professores que leccionam nesta modalidade podem dar no sentido de questionar o novo Governo sobre alterações a fazer. ■

2004, um ano difícil com algumas vitórias

O Ensino Particular e Cooperativo e as Instituições Particulares de Solidariedade Social é um sector onde as dificuldades são muitas e as conquistas relativamente pequenas. Um sector que se caracteriza pela existência de um conjunto significativo de entidades patronais que teimam em não respeitar os mais elementares deveres para com os seus trabalhadores e que têm gozado da complacência de um governo sempre disposto a fechar os olhos às arbitrariedades dos patrões.

Felizmente nem todos podem ser medidos por esta bitola. Mas o facto de alguns mancharem a reputação de todo um conjunto deveria igualmente merecer a reflexão daqueles patrões que não se revêem nesta caracterização.

É, pois, no quadro destas dificuldades que se deve fazer o balanço do que foi o ano 2004 no sector do Ensino Particular.

Em primeiro lugar refira-se que a FENPROF conseguiu, após negociações no âmbito do Ministério do Trabalho e na sequência de um seu pedido para negociações arbitradas, corrigir alguns dos aspectos mais gravosos do Contrato Colectivo de Trabalho de 2003/2004, assinado por outras organizações sindicais. Após estas negociações, iniciámos e concluímos as negociações do CCT para 2004/2005. Apesar de ainda estarmos longe, para algumas categorias de professores, do nosso objectivo estratégico de equiparação dos vencimentos entre os professores do EPC e do Público, a verdade é que alguns passos decisivos têm sido dados neste sentido.

No âmbito das IPSS's, foi negociado e acordado com a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS – anterior UIPPSS's) um Contrato Colectivo de Trabalho que contém aspectos extraordinariamente positivos para o sector. No entanto, apesar da palavra dada e de até ter divulgado pelos seus associados, a CNIS voltou com a palavra atrás e não quis assinar o acordado em sede negocial. Este é um exemplo claro da prepotência que reina neste sector.



Com a União das Misericórdias assinámos um protocolo que contempla muitas das nossas reivindicações e que se encontra em fase de aplicação.

Contudo, a maior parte do nosso esforço tem sido dirigido para o trabalho particularmente com as educadoras dos jardins de infância das IPSS's no sentido do cumprimento dos termos do Protocolo de Cooperação assinado entre o governos e as IPSS's e que determina o pagamento às educadoras com base na tabela do Ensino Particular e Cooperativo. E neste capítulo, muito se tem conseguido, mas muito falta ainda fazer.

Finalmente uma palavra para a total omissão do Governo e do ME no que respeita às velhas reivindicações do sector sobre o complemento de formação, a profissionalização em serviço, a contagem do tempo de serviço, entre outros problemas levantados pela FENPROF. Para se ter a verdadeira dimensão desta omissão basta referir que o ME nunca respondeu a nenhuma das diversas solicitações que lhe fizemos para a realização de uma reunião... ■



Reforma Curricular do Ensino Secundário

Ficha de Recolha de Dados

Escola _____

Preenchimento: Individual Grupo Disciplinar _____

Colectivo Tipo de Grupo _____

No sentido de avaliarmos o grau de implementação e os efeitos produzidos com a reforma curricular do Ensino Secundário, agradecemos que situe numa escala de 1 a 5 (considerando valores negativos o 1 e o 2, e positivos 3, 4 e 5, de acordo com a legenda que se encontra em baixo) os itens que a seguir se mencionam.

Estes estarão associados em dois grupos: um relativo a questões que têm a ver com essa reforma curricular e um outro com questões que, embora indirectamente, têm naturalmente implicações na forma como ela se implementou e com os resultados obtidos.

Em cada um dos quadros fica um espaço que é também um desafio para que complemente com outros itens que considere pertinentes e que não constem daqueles que estão elencados.

Legenda: 1 – muito negativo; 2 – negativo; 3 – razoável; 4 – positivo; 5 – muito positivo

Grupo I – Em que medida as questões directamente relacionadas com a reforma curricular, a seguir mencionadas, estão a afectar os resultados das aprendizagens dos alunos, tendo em conta a realidade da sua escola?

	1	2	3	4	5
Existência de exames nacionais que também seleccionam para o superior					
Carácter facultativo das provas globais					
Ajustamento da oferta de Cursos Tecnológicos à procura dos alunos					
Existência de um novo sistema de prescrições às disciplinas					
Definição da permeabilidade entre os diversos cursos					
A possibilidade de opções nas disciplinas de Formação Específica					
Não desdobramento das turmas para disciplinas específicas (TIC)					
Carga horária semanal dos alunos					
Carga lectiva horária semanal em função do programa					
Bloco de 90 minutos					
Existência do Tempo Suplementar para os Professores					

ATENÇÃO - Esta parte do Quadro é apenas para as Escolas da rede pública que têm Cursos Profissionais.

	1	2	3	4	5
Oferta de Cursos Profissionais ajustados à procura dos alunos					
Inexistência de Programas nas Disciplinas Técnicas					
Avaliação modular nos Cursos Profissionais					

Grupo II – Em que medida as seguintes questões contribuem na sua escola para os resultados da reforma curricular (ainda que não dependam da sua implementação)

	1	2	3	4	5
Ajuste dos programas à faixa etária dos alunos					
Nº de alunos por turma (24/28)					
Estabilidade dos professores					
Adequação do Quadro de Escola às suas necessidades efectivas					
Crédito horário para o Projecto Educativo de Escola					
Nº de Pessoal de Acção Educativa e/ou Administrativa					
Equipamento adequado para as aulas das várias disciplinas					
Estado das instalações da escola					
Cultura de avaliação interna da Escola e dos seus projectos					

Observações e Notas:

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
E-mail: spgl@spgl.pt
Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
Edif. Cristal Park
R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
E-mail: geral@spn.pt
Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
3000-250 Coimbra
Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
E-mail: sprc@mail.telepac.pt
Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
Av. Condes de Vil'Alva, 257
7000-868 Évora
Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
R. João Francisco de Sousa, 46
9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel
Tel.: 296205960 - Fax: 296629498
Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
E-mail: spm@netmadeira.com
Home page:
www.smembers.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
1070-128 Lisboa
Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
E-mail: spfenprof@hotmail.com



Reorganização Curricular do 2º e 3º Ciclos do Ensino Básico Ficha de Recolha de Dados

Escola _____

Preenchimento: Individual Grupo Disciplinar _____

Colectivo Tipo de Grupo _____

No sentido de avaliarmos o grau de implementação e os efeitos produzidos com a reorganização curricular, agradecemos que situe numa escala de 1 a 5 (considerando valores negativos o 1 e o 2, e positivos 3, 4 e 5, de acordo com a legenda que se encontra em baixo) os itens que a seguir se mencionam.

Estes estarão associados em dois grupos: um relativo a questões que têm a ver com essa reorganização curricular e um outro com questões que, embora indirectamente, têm naturalmente implicações na forma como ela se implementou e com os resultados obtidos.

Em cada um dos quadros fica um espaço que é também um desafio para que complemente com outros itens que considere pertinentes e que não constem daqueles que estão elencados.

Legenda: 1 – muito negativo; 2 – negativo; 3 – razoável; 4 – positivo; 5 – muito positivo

Grupo I – Em que medida as questões directamente relacionadas com a reorganização curricular, a seguir mencionadas, estão a afectar os resultados das aprendizagens dos alunos, tendo em conta a realidade da sua escola?

	1	2	3	4	5

Grupo II – Em que medida as seguintes questões contribuem na sua escola para os resultados da reorganização curricular (ainda que não dependam da sua implementação)

	1	2	3	4	5
Ajuste do programa à faixa etária dos alunos					
Nº de alunos por turma (24/28)					
Problemas de articulação curricular					
Estabilidade dos professores					
Adequação do Quadro de Escola às suas necessidades efectivas					
Crédito horário para o Projecto Educativo de Escola					
Nº de Pessoal de Acção Educativa e/ou Administrativa					
Equipamento adequado para as aulas das várias disciplinas e áreas					
Estado das instalações da escola					
Cultura de avaliação interna da Escola e dos seus projectos					

Observações e Notas:

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA
 R. Fialho de Almeida, 3 - 1070-128 Lisboa
 Tel.: 213819100 - Fax: 213819199
 E-mail: spgl@spgl.pt
 Home page: www.spgl.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DO NORTE
 Edif. Cristal Park
 R. D. Manuel II, 51-3º - 4050-345 Porto
 Tel.: 226070500 - Fax: 226070595
 E-mail: geral@spn.pt
 Home page: www.spn.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO CENTRO
 R. Lourenço Almeida de Azevedo, 20
 3000-250 Coimbra
 Tel.: 239851660 - Fax: 239851666
 E-mail: sprc@mail.telepac.pt
 Home page: www.sprc.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA SUL
 Av. Condes de Vil'Alva, 257
 7000-868 Évora
 Tel.: 266758270 - Fax: 266758274
 E-mail: spzs.evora@mail.telepac.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA REGIÃO AÇORES
 R. João Francisco de Sousa, 46
 9500-187 Ponta Delgada - S. Miguel
 Tel.: 296205960 - Fax: 296629498
 Home page: www.spra.pt

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA
 Edifício Elias Garcia, R. Elias Garcia,
 Bloco V-1º A - 9054-525 Funchal
 Tel.: 291206360 - Fax: 291206369
 E-mail: spm@netmadeira.com
 Home page:
 www.smembers.netmadeira.com/spm/spm

SINDICATO DOS PROFESSORES NO ESTRANGEIRO
 Sede Social: Rua Fialho de Almeida, 3
 1070-128 Lisboa
 Tel.: 213833737 - Fax: 213865096
 E-mail: spfenprof@hotmail.com



20 de Fevereiro: uma oportunidade soberana para dar um novo rumo à Educação em Portugal

FENPROF solicitou aos partidos políticos a clarificação das suas propostas em termos de política educativa



O documento "Contributos para uma nova política educativa, elaborado pelo Secretariado Nacional da FENPROF, foi apresentado no dia 18 de Janeiro, em conferência de imprensa realizada em Coimbra. Participaram: Paulo Sucena, Secretário Geral da FENPROF e Presidente do SPGL; Abel Macedo, Coordenador do SPN; Mário Nogueira, Coordenador do SPRC; e José Filipe Estevéns, Presidente do SPZS

O Secretariado Nacional da FENPROF decidiu disponibilizar aos partidos com representação parlamentar o espaço do Jornal da FENPROF para responderem a um naipe de questões importantes para os professores e educadores. Fê-lo com a consciência de que os docentes portugueses não podem votar no escuro. Devem conhecer as soluções das diversas candidaturas. Necessitam de saber com o que contam.

Porém, nem todas as forças políticas quiseram aproveitar o "tempo de antena" que lhes foi sugerido. Por esta ordem, apenas o PCP, o PS e o BE aceitaram e disponibilizaram tempo e pessoas das suas

candidaturas para satisfazerem a natural curiosidade política de 150.000 portugueses.

Esta edição do JF sai, por isso, em tempo útil. Para que todos possam avaliar as diversas propostas dos que também entenderam ser importante dar uma palavra aos professores e educadores portugueses e, por via deles, também às suas famílias.

A Educação e a profissão docente vivem muitos problemas causados por sucessivas governações que optaram sempre por pôr o acessório à frente do inadiável, por tomar a educação por uma despesa e não tratá-la como um investimento.

Entendem os docentes portugueses que

chegou a hora de dizer não a mais adiamentos do sonho. As respostas estarão aí? Competirá a cada um de nós analisar e decidir.

A FENPROF divulga ainda uma análise da situação do sistema educativo e o diagnóstico sobre algumas das suas principais deficiências e anomalias. Pretende, assim, de forma consciente, forçar o debate sobre uma matéria que tem estado tão arredada dos discursos políticos desta fase de pré-campanha, da maior parte dos partidos, particularmente dos do governo. |

O Conselho de Redacção

A FENPROF divulgou em conferência de imprensa o documento "Contributos para uma nova política educativa" que inclui um conjunto de 18 questões específicas colocadas aos partidos



Contributos para uma nova política educativa

1. Caracterização da situação educativa

O estado de crise permanente em que parece condenada a viver a Educação no nosso país, matizado com a sucessiva perspectiva de reformas, de maior ou menor dimensão, tantas vezes avulsas e desconexas, ao sabor das alternâncias políticas que vêm ocupando o poder de há muitos anos para cá, fazem com que a Escola Pública em Portugal vá sendo empurrada para caminhos de descrédito e progressivamente desvalorizada sob a visão dos defensores de menos Estado que mais não é do que um falso garante de políticas sociais pretensamente ao serviço de uma maior democratização da vida em sociedade.

A dimensão desta crise é, de facto, grande e duradoura, assente em razões diversas; é multifacetada e complexa, intrínseca mas simultaneamente extrínseca à realidade escolar, e exige uma avaliação séria, consistente e coerente por parte de todos os que se preocupam com o papel da Educação no desenvolvimento do nosso país, um desenvolvimento que comporte uma vertente social forte, com ele inequivocamente imbricada.

O erro principal que enformou as múltiplas reformas, abertas ou mais dissimuladas, que vêm caindo sobre o tecido educativo português aos seus diversos níveis, principalmente desde 1986 (Lei de Bases do Sistema Educativo) para cá, consiste em tentar desfazer o que está feito, fazendo de outra maneira, sem acautelar nunca a devida avaliação das soluções já no terreno, capaz de alimentar diagnósticos corajosos que abram perspectivas para mudanças sólidas, sustentadas e participadas, através de soluções políticas fortemente consensualizadas.

A preocupação de fazer diferente, que tem caracterizado a acção das equipas educativas chegadas ao poder, tem resultado na multiplicação de factores de perturbação sobre a vida escolar em vez de criar dinâmicas de mudança mobilizadoras dos parceiros sociais que interagem no campo educativo. E, no entanto, é sabido que mudanças significativas e profundas em educação que não contem com o envolvimento, o apoio e o empenhamento daqueles que têm que lhes dar corpo, principalmente dos professores, estão condenadas ao fracasso.

No nosso país, à pergunta de quantos e

quais foram os governos que se preocuparam seriamente em primeiro ganhar estes apoios e depois lançar as reformas que compunham as suas bases programáticas, a resposta tende, significativamente, para zero.

Numa altura em que se desenham no horizonte mais próximo mudanças políticas resultantes da consulta eleitoral de 20 de Fevereiro próximo, a FENPROF entende que tais erros não serão de cometer de novo, qualquer que seja a solução política saída das próximas eleições legislativas.

Não é que não seja nosso entendimento que estejamos a viver ainda o período mais obscuro e complicado das ofensivas que, periodicamente, vão sendo desenvolvidas para impedir o caminho da construção de uma escola efectivamente democrática para todos os portugueses. A FENPROF sempre denunciou, com firmeza, substância e pormenor, as políticas neoliberais prosseguidas nos últimos anos e que se acentuaram com os dois últimos governos que levaram a cabo uma política educativa de cariz marcadamente conservadora e neoliberal, numa linha de subversão completa do sistema educativo constitucionalmente sustentado que tem conseguido sobreviver aos múltiplos ataques de



que tem sido alvo por forças políticas que, ainda que com diversos matizes, endeusam o mercado e pretendem que as suas regras básicas sejam um dia transpostas para a área da educação.

Uma das principais linhas de força dessa ofensiva inscrevia-se numa outra Lei de Bases para a Educação que substituiu aquela que ainda vigora, a Lei nº 46/86, conhecida como Lei de Bases do Sistema Educativo. Nesta matéria, de transcendente importância enquanto trave mestra do edifício educativo e que contém as regras fundamentais para a educação, acabou por evidenciar-se o isolamento para que foi empurrada a maioria que nos tem governado nos últimos anos, aprovada que foi apenas por ela própria contra os votos de toda a oposição parlamentar e à revelia de um consistente consenso social.

A pedra de toque dessa estratégia de subversão do sistema educativo português consistia na consagração da educação não como um direito (sendo que hoje, vista a sociedade pelo prisma do agravamento das desigualdades, ela se assume, mais que antes, como um dos principais direitos humanos) mas como uma mercadoria que se oferece a quem a procura, tripudiando sobre critérios de justiça social. Colocar em pé de igualdade a oferta pública e a oferta privada, em termos de definição da rede escolar e do respectivo financiamento, é uma forma clara de privilegiar a iniciativa privada neste domínio. Uma política diferente para a educação tem que responder, antes de tudo, ao desafio expresso na Constituição da República quando prescreve que "O Estado criará uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população" (artº 75º). A Lei fundamental do país prescreve ainda no seu artº 73º que "Todos têm direito à educação e à cultura" e ainda que "O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva", desígnios constitucionais que a FENPROF só considera atingíveis com a expansão de uma rede pública da mais alta qualidade.

Uma segunda linha de prioridade para



a alteração das políticas que vêm sendo prosseguidas é a do aumento da escolarização média dos portugueses, garantidas que sejam algumas vertentes essenciais: (1) a obrigatoriedade da frequência da educação pré-escolar pelas crianças no ano que antecede a sua entrada no 1º CEB; (2) um alargamento da escolaridade obrigatória para 12 anos, sustentado num ensino básico de 9 anos, efectivamente generalizado, e sem os condicionamentos recentemente introduzidos com a obrigatoriedade de ida a exame às disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática dos alunos que obtiveram sucesso na avaliação sumativa interna do 9º ano e com a forçada exclusão dos mesmos exames dos que não o obtiveram na referida avaliação interna; (3) a extensão por mais três anos da actual escolaridade obrigatória de nove anos, correspondente a um nível que contempla já alguma diversidade curricular e qualificação profissional de nível intermédio; (4) a institucionalização objectiva e concreta do propalado objectivo de educação ao longo da vida, atinente quer a uma escolarização de segunda oportunidade quer, de uma forma mais ampla, à formação dos trabalhadores no activo, valorizadora das suas experiências de vida

Portugal vive um período pré-eleitoral extremamente importante, que resultou da dissolução de um Parlamento com uma maioria que vinha aprovando ou dando apoio a medidas que a FENPROF e os seus Sindicatos consideravam negativas e com consequências graves para o desenvolvimento do país. Medidas não apenas no âmbito da Educação, mas também da Administração Pública e do mundo laboral em geral

e profissionais, validando e certificando conhecimentos já adquiridos e outros que se obtenham por inserção neste sistema, tendo como base estruturante a rede pública de estabelecimentos de ensino e a correspondente responsabilidade do Estado perante tal desiderato.

Um terceiro vector de mudança corresponde ao aprofundamento da democracia enquanto pilar fundamental da organização escolar, presente quer na definição das bases legais para a direcção, administração e gestão dos estabelecimentos de ensino, pensadas a partir da consagração do primado da componente pedagógica e científica sobre quaisquer outras, quer ainda das adequadas formas de participação democrática dos directamente interessados na reformulação da rede escolar.

Um outro preceito essencial para enveredarmos por caminhos positivos de mudança na Educação corresponde a uma revisão dos estatutos profissionais dos docentes pensada na perspectiva de dignificação das respectivas carreiras, colocando a indispensável capacidade técnico-científica de todos os professores e educadores ao serviço de uma lógica de autonomia profissional que é inerente ao próprio desempenho docente e ajustada a uma maior e clara autonomia dos estabelecimentos de ensino. A FENPROF considera que as carreiras docentes e os seus profissionais devem ser estimulados por processos de avaliação não burocratizados nem redutoramente definidos por critérios de prevalência meritocrática antes, pelo contrário, por parâmetros ajustados aos segmentos de ensino e devidamente sustentados por recursos humanos capacitados e por instrumentos que garantam rigor e equidade num tão diversificado e complexo processo com sérias e significativas implicações profissionais.

Para além de importantes aspectos parcelares resultantes da complexidade própria de um campo tão vasto e diverso como é o campo educativo - e que serão explicitados mais adiante - importa ainda colocar como condição indispensável à consecução de mudanças sérias e positivas no mundo da educação, a valorização real e consequente dos conhecimentos e saberes das organizações representativas dos professores e educadores - bem como de outros actores sociais directamente interessados e que se movimentam nesta área - entendidos como interlocutores activos na definição de políticas educativas, quer no plano da sua produção quer ainda no da

sua execução concreta, respeitando-se assim resoluções do domínio internacional subscritas por muitos governos e não aplicadas, quase sempre, pelos mesmos que as subscrevem e deveriam assumir.

2. Política do Governo e dissolução da Assembleia da República

Portugal vive um período pré-eleitoral extremamente importante, que resultou da dissolução de um Parlamento com uma maioria que vinha aprovando ou dando apoio a medidas que a FENPROF e os seus Sindicatos consideravam negativas e com consequências graves para o desenvolvimento do país. Medidas não apenas no âmbito da Educação, mas também da Administração Pública e do mundo laboral em geral.

A Lei de Bases da Educação, aprovada

Para a FENPROF há outras matérias que necessitavam de ter sido bem revistas e não o foram, e outras ainda que, tendo visto alterados os respectivos enquadramentos legais ou estando eles em vias de o ser, se revestem de aspectos profundamente negativos da responsabilidade do poder político e da maioria parlamentar que o tem sustentado. Exemplos são muitos:

- Financiamento: não existe uma Lei de Financiamento para a educação pré-escolar e os ensinos básico e secundário; Lei de Financiamento do ensino superior muito negativa devendo ser rapidamente revista e devendo também ser eliminada a imposição do Programa de Estabilidade e Crescimento (aprovado pelo Governo) de aumento "zero" (real diminuição) dos orçamentos para o ensino superior até 2007.

- Financiamento público/privado: as escolas públicas continuam a ter cortes



pela Assembleia da República mas posteriormente vetada pelo Presidente da República, teria sido, a vigorar, um instrumento de subversão do sistema educativo português e do seu carácter democrático. A FENPROF concorda com a necessidade de revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo e considera que o sentido da revisão a efectuar terá de ter como objectivo fundamental a consecução de uma Escola Pública, de qualidade, gratuita e para todos, objectivo que desde há muito tempo, vem perseguindo.

significativos nos financiamentos previstos, mereceram mesmo um corte orçamental no OE para 2005, enquanto nos apoios aos estabelecimentos privados se registam aumentos elevados.

- Ensinos básico e secundário: têm vindo a sofrer sucessivas "reformas" sem que se avaliem os impactos das anteriores mudanças e sem que sejam devidamente justificadas as novas medidas, ou, quando tal acontece, verifica-se que as razões eram fundamentalmente de ordem economicista.

- Educação especial: o anteprojecto de



diploma do Governo mereceu a reprovação de toda a comunidade educativa por atentar contra o princípio da escola inclusiva.

- Rede Escolar: a forma meramente administrativa de encerrar escolas e as inúmeras ilegalidades cometidas na imposição de agrupamentos trouxeram a estes processos marcas vincadamente negativas, contrárias aos objectivos que o Governo afirmava pretender atingir, gerando protestos e criando dificuldades suplementares.

- 1º Ciclo do Ensino Básico: este sector não mereceu qualquer medida específica de relevo capaz de inverter a situação negativa que continua a viver, nomeadamente no plano da sua organização pedagógica e da alteração das condições físicas e materiais de funcionamento das escolas.

- Ensino Profissional: não tem havido qualquer medida estratégica por parte dos sucessivos governos relativamente a este subsistema de ensino, fundamental para o desenvolvimento do país

- Educação de adultos: a realidade do ensino recorrente caracteriza-se por elevadíssimas taxas de insucesso e desperdício de recursos, num país em que os níveis de analfabetismo, de iliteracia e baixa qualificação profissional justificavam uma outra estratégia, outras metodologias, incentivos e investimentos, no quadro de uma política coerente e articulada de educação e formação de adultos, cuja ausência tem sido um entrave ao desenvolvimento das qualificações da nossa população.

- Estatutos de Carreira dos Docentes do ensino superior: apesar dos sucessivos compromissos, nunca chegaram a ser conhecidos projectos do MCIES, mantendo-se os graves problemas de precariedade de emprego, de limitação do direito a uma carreira e de bloqueamento das promoções que afectam os docentes do ensino público e ainda mais os do privado.

- Estabilidade do corpo docente: os professores e as escolas continuam sem ver regulamentados (há 14 anos!) os incentivos à fixação de docentes em zonas isoladas e desfavorecidas, continuam vítimas de um regime de concursos que não promove a estabilidade do corpo docente e há diversos grupos de professores cujos problemas sócio-profissionais se arrastam há anos, alguns há décadas, aumentando, por essa razão, a instabilidade no seu exercício profissional. No ensino superior 3/4 dos docentes encontram-se contratados a prazo embora com graus diferentes de precariedade.



- Subsídio de desemprego: os docentes do ensino superior e os investigadores continuam sem ter acesso ao subsídio de desemprego, apesar do Tribunal Constitucional ter decidido que essa situação é inconstitucional e que devia ser resolvida. Até agora nem governos, nem Assembleia da República cumpriram.

- Formação de Professores: área fundamental para a melhoria do sistema educativo que continua a necessitar de uma profunda revisão. Parece ser esta uma matéria-tabu sobre a qual sucessivos governos revelaram preocupação eximindo-se, no entanto, a tomar quaisquer medidas para uma concreta efectivação dessa melhoria.

- Ensino particular e cooperativo: o EPC e as IPSS vivem uma situação paradoxal. Por um lado beneficiam de milhões de euros entregues pelo Estado, por outro são votados ao esquecimento no que se refere às condições essenciais para a qualidade do ensino que prestam. É necessário que esta vertente do sistema educativo se sujeite às regras que estão aprovadas, de forma transparente, nomeadamente através de uma eficaz fiscalização dos dinheiros públicos que recebe directa e indirectamente do Estado. Quanto aos seus profissionais, deverão usufruir de todos os benefícios sócio-profissionais dos seus colegas do ensino público.

Na Administração Pública as políticas

Na Administração Pública as políticas desenvolvidas pelos últimos governos têm sido muito negativas, com consequências nefastas para os trabalhadores, em que se inclui a esmagadora maioria dos docentes portugueses. Os salários desvalorizaram-se de forma muito significativa nos últimos anos nos quais os professores e educadores não tiveram aumentos e as condições para a aposentação se agravaram, numa profissão de elevado desgaste físico e psicológico

desenvolvidas pelos últimos governos têm sido muito negativas, com consequências nefastas para os trabalhadores, em que se inclui a esmagadora maioria dos docentes portugueses. Os salários desvalorizaram-se de forma muito significativa nos últimos anos nos quais os professores e educadores não tiveram aumentos e as condições para a aposentação se agravaram, numa profissão de elevado desgaste físico e psicológico.

Outras medidas há que governos anteriores se preparavam para aplicar aos professores e que, a concretizarem-se, promoveriam ainda maior precariedade laboral e instabilidade profissional. São os casos dos contratos individuais de trabalho ou do novo regime de avaliação, medidas aprovadas no âmbito da designada Reforma da Administração Pública.

Já no plano geral nacional, destacam-se de forma muito negativa a aprovação e regulamentação do Código de Trabalho, os propósitos de restringir o exercício da actividade sindical e de limitar os direitos sindicais, bem como a enorme ofensiva que nas mais diversas áreas tem sido movida contra os serviços públicos.

Foi este quadro, profundamente negativo, que levou os trabalhadores a acentuar o seu protesto, a sua acção e a sua luta reivindicativa. Esta circunstância sócio-política contribuiu de forma decisiva para a dissolução da Assembleia da República.

3. Questões de política educativa a apresentar aos partidos com assento na Assembleia da República

Em período de pré-campanha e de campanha eleitoral, a FENPROF pretende, como sempre tem feito, conhecer as posições dos partidos sobre questões essenciais no domínio da política educativa e nesse sentido estará atenta aos programas dos partidos e será cuidadosa e exigente na sua apreciação. A par dessa leitura político-sindical, a FENPROF pretende respostas concretas sobre algumas matérias que serão determinantes para o futuro sócio-profissional dos docentes e da Educação no nosso país.

É neste quadro de esclarecimento e de clarificação de posições que a FENPROF coloca aos partidos, com assento na AR, candidatos às Eleições Legislativas de 2005, as questões que divulgamos e destacamos nestas páginas. ▮

Partidos políticos têm a palavra

1. O Código de Trabalho será revisto no que respeita às suas normas mais negativas, entre outras, as relativas à duração dos contratos, aos horários de trabalho, às restrições à actividade sindical e à limitação do direito à contratação colectiva?



1. Em diversos aspectos, representou um retrocesso nos direitos laborais sem justificação razoável. Assim, o Governo do PS promoverá a revisão do Código do Trabalho tomando por base as propostas de alteração que em devido tempo apresentou na Assembleia da República. Será ainda criada uma comissão independente encarregada de avaliar os impactes do Código do Trabalho nas relações laborais, tendo em vista o lançamento, no termo do primeiro ano da legislatura, de um Livro Branco sobre as Relações Laborais em Portugal.



1. O Grupo Parlamentar do PCP bateu-se contra o Código de Trabalho, contra o qual votou, por considerá-lo muito lesivo dos direitos dos trabalhadores. De acordo com o nosso programa a revogação, designadamente das suas normas mais negativas, será uma prioridade para a próxima Legislatura.



1. O Bloco de Esquerda exige a revogação do Código de Trabalho. A sua concepção desequilibra decisivamente as relações laborais a favor das Confederações Patronais e das multinacionais, com objectivos precisos de individualização, flexibilização e precarização do trabalho. Este Código assenta num quadro de desenvolvimento conservador e retrógrado. Por isso, revogar o pacote laboral e estabelecer um Programa de Emergência para a Criação de Emprego, é a 1.ª medida das "dez prioridades nos primeiros cem dias para impor a mudança" do programa eleitoral do Bloco de Esquerda.

2. Após vários anos com revisão salarial nula ou de valor muito baixo, aquém da inflação, qual a política salarial, nomeadamente na Administração Pú-

blica, que o partido se propõe concretizar nos próximos anos?



2. Portugal enfrenta uma crise orçamental grave, que deve ser considerada na definição da política de vencimentos enquanto componente relevante para a consolidação das finanças públicas. O combate ao défice não será, contudo, assumido de forma obsessiva, tudo sacrificando em seu nome, com reflexos negativos para a própria economia nacional e para os portugueses.



2. O PCP considera indispensável valorizar, também do ponto de vista material, os trabalhadores da Administração Pública. Os professores e educadores foram dos mais penalizados uma vez que não tiveram aumentos durante dois anos e, em 2005, terão uma nova perda do poder de compra. Por essa razão, o PCP considera indispensável a correcção do aumento imposto pelo Governo PSD/PP para 2005 e o aumento real dos salários na Administração Pública nos quatro anos da próxima Legislatura.



2. Depois de 3 anos de diminuição do seu valor real, o Bloco de Esquerda apresenta propostas para recuperar o poder de compra dos salários da função pública e do salário mínimo nacional, defendendo o aumento intercalar de 50 euros no salário mínimo e nos salários da função pública.

3. Defende o partido a revogação da norma que introduziu a obrigatoriedade de completar 60 anos para que os trabalhadores da Administração Pública possam ter direito à sua aposentação por completo? No caso concreto dos docentes, admite a redução do actual número de anos de serviço previsto para a aposentação, tendo em conta o desgaste provocado pelo exercício continuado da profissão docente?



3. Um Governo PS irá promover a convergência gradual dos regimes de início do direito à aposen-



Professores querem respostas objectivas

tação dos funcionários públicos com o início do direito à pensão de reforma dos trabalhadores por conta de outrem.



3. O PCP não só defende a revogação dessa norma imposta pelo Governo do PSD/PP, como considera importante a fixação de uma norma específica para os docentes que tenha em conta o elevado desgaste físico e psicológico provocado pelo exercício continuado de funções docentes.



3. Depois de uma vida de trabalho de 40 anos ou mais, os trabalhadores devem ter o direito à sua aposentação independentemente da idade, razão pela qual defendemos a revogação desta norma.

4. Que posição negocial defende o partido sobre os diplomas legais, aprovados no âmbito da designada Reforma da Administração Pública, como sejam os relativos aos contratos individuais de trabalho e ao novo regime de avaliação?



4. A modernização da Administração Pública é uma peça essencial da nossa estratégia de crescimento para o País. Todos, até certamente os Sindicatos, sentem hoje a necessidade de se passar dos diagnósticos feitos e refeitos a ações concretas. Não se trata de fazer uma mítica "grande reforma da Administração Pública", mas de conduzir um processo reformador feito de passos positivos, firmes e consequentes, para alcançar uma Administração eficaz, que sirva bem os cidadãos e as empresas, à altura do que se espera de um Estado moderno. As ações a desenvolver por um Governo do PS enquadram-se em três linhas de actuação: (a) facilitar a vida ao cidadão e às empresas; (b) melhorar a qualidade do serviço pela melhoria dos recursos humanos e das condições de trabalho; (c) tornar a Administração Pública amiga da economia, ajustando-a aos recursos financeiros sustentáveis do país e contribuindo para um ambiente mais favorável ao crescimento. Assim, impõe-se que o próximo Governo reveja e aperfeiçoe a legislação relativa à

avaliação de desempenho de toda a Administração Pública, designadamente restabelecendo os prémios ao mérito e à excelência no desempenho de funções públicas; simplificando o procedimento das promoções extraordinárias por mérito. Finalmente, e quanto a esta questão, importa reafirmar a intenção do PS em aplicar o regime de contrato de trabalho a novas admissões na Administração Pública, com restrições, designadamente para cargos que não impliquem o exercício de funções de soberania.



4. O PCP esteve contra essa legislação e votou contra ela. Os diplomas aprovados, nomeadamente o que generaliza os contratos individuais de trabalho e as novas regras de avaliação do desempenho, partem de princípios que o PCP contesta: por um lado, que a estabilidade de emprego não é importante para o desempenho de funções na Administração Pública; por outro, que os funcionários são os principais responsáveis pelos problemas vividos na Administração Pública pelo que deverão ser penalizados. Não é essa a nossa posição e consideramos, até, que têm sido os trabalhadores e, no caso da Educação, os professores e educadores, o sustentáculo de um sistema que sem o seu trabalho empenhado e dedicado já teria sucumbido às mãos das más políticas que o têm atingido.



4. O Bloco de Esquerda considera fundamental que seja feita uma reforma administrativa em Portugal. Não à custa do Estado ou do regime laboral público-administrativo específico da função pública, mas que comece, em primeiro lugar, por conhecer a realidade existente em cada área da Administração Pública.

Os sectores que maior peso têm do funcionalismo público são, sem dúvida, a Educação e a Saúde. Pelo que se passa nestes sectores, poderíamos assim concluir que temos funcionários públicos a mais? Não, e por isso é que o Bloco de Esquerda defende um Orçamento de Estado com base zero, permitindo, de uma vez por todas, perceber quais os sectores do Estado em que existe

desperdício e aqueles onde existem carências de funcionários.

5. Está o partido disponível para apresentar um Projecto de Lei sobre o Financiamento da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário? Admite, ainda, a possibilidade de revisão da actual Lei de Financiamento do Ensino Superior? Em que matérias?



5. As questões que se prendem com o financiamento do ensino são da maior relevância. No caso da educação de infância e ensinos básico e secundário o Ministério da Educação deve, juntamente com as autarquias locais (no caso do pré-escolar e do 1º ciclo), continuar a concentrar em si as funções de financiamento e de regulação do sistema. No âmbito do ensino superior a prioridade tem a ver com a necessidade de criar um sistema nacional de garantia de qualidade no ensino superior, que abranja todas as instituições. Como factor decisivo dessa qualidade temos os processos de avaliação das instituições, na certeza de que dos resultados apurados terão de ter consequências quer para o funcionamento dos cursos e das escolas, quer para o seu financiamento.

As universidades e institutos politécnicos terão, contudo, a garantia de que a passagem para uma estrutura em dois ciclos de estudos, imposta pelo Processo de Bolonha, não representará diminuição do financiamento público; e o valor das propinas a pagar pelos estudantes do segundo ciclo será regulado e adequado à nova natureza deste ciclo.



5. Sobre financiamento da Educação Pré-Escolar e dos Ensinos Básico e Secundário, o PCP considera indispensável a aprovação de uma lei específica que estabeleça os níveis e as fontes de financiamento das escolas públicas. Nesse sentido, o PCP tem já trabalho efectuado, tendo, sobre a matéria, apresentado propostas concretas que deverão ser consideradas no debate que se considera urgente. Quanto ao Ensino Superior a posição do PCP é clara: deverá ser

revogada e substituída por uma nova lei que responsabilize o Estado por um financiamento adequado do Ensino Superior Público. A revogação das propinas faz parte das nossas propostas nesse âmbito.



5. Sim. O Bloco de Esquerda não só foi o único partido que apresentou uma proposta de Lei de Financiamento do Ensino Superior alternativa à do anterior governo, como defendeu na Lei de Bases que apresentou a necessidade de uma lei de financiamento universal e transparente do Pré-Escolar ao Secundário.

6. Concorda o partido com a eliminação da imposição inscrita no Programa de Estabilidade e Crescimento da responsabilidade do Governo de aumento "zero", até 2007, das transferências do Orçamento de Estado para o Ensino Superior?



6. A avaliação das necessidades de financiamento do Ensino Superior será analisada em função dos estabelecimentos universitários e politécnicos com o objectivo único de garantir a qualidade no ensino superior e não com objectivos de ilusão das finanças públicas.



6. É evidente que discordamos da imposição de congelar até 2007, as transferências do Orçamento de Estado para o Ensino Superior. Tal traduzir-se-ia, na verdade, numa redução dos níveis de financiamento o que provocaria problemas ainda mais graves no normal funcionamento das instituições de ensino superior.



6. O Bloco de Esquerda sempre se bateu, no Parlamento e fora dele, contra aquela que é, em nosso entender, a medida mais evidente da política de desqualificação humana seguida nos 3 últimos anos de governação.

7. Concorda o partido com o alargamento da oferta do Ensino Recorrente nas escolas públicas que facilite o acesso da população portuguesa a uma segunda oportunidade de concluir os seus estudos e repensar os modelos de educação de adultos com vista a aumentar as taxas de sucesso da escolaridade dos portugueses?



7. Uma das prioridades do Governo do PS será a de dar um salto qualitativo na dimensão e na estrutura dos programas de educação e formação dirigidos aos adultos, o que requer uma atenção particular às necessidades específicas dos adultos hoje activos que não dispõem de habilitações escolares equivalentes ao 9º ano de escolaridade. Aliás a Educação de Adultos assume uma tão destacada prioridade no programa eleitoral do PS que merece um ponto próprio para o qual vos remetemos (1.6. Um novo impulso à educação de adultos).



7. Todas as medidas que ajudem a combater o analfabetismo e a aumentar as habilitações e qualificações dos portugueses deverão ser tomadas. As políticas economicistas dos Governos PSD/PP têm vindo a degradar o ensino recorrente e as suas respostas, nomeadamente, levando à redução da sua oferta. Só o alargamento das respostas públicas permitirá inverter a situação negativa a que temos vindo a assistir.



7. A formação e a qualificação dos portugueses é o principal desafio que atravessa toda a sociedade portuguesa. Principalmente a daqueles que, pelo atraso social do país ou das suas condições económicas, nunca dispuseram das condições necessárias para concluir os seus estudos com uma habilitação que lhes permita o grau de autonomia profissional e cidadã que lhes é devida. O Bloco de Esquerda defende o alargamento da oferta de ensino recorrente nas escolas públicas e propõe um programa de alfabetização e complemento de formação de adultos que se destina a colmatar as consequências de anos consecutivos de elevadas taxas de abandono escolar.

8. Admite o partido suspender os exames de 9º ano previstos para o final de um ano lectivo que abriu com significativo atraso e da forma desastrosa que toda a comunidade educativa denunciou?



8. A aprendizagem dos alunos está no centro da política educativa. Apostamos num grande esforço de combate ao insucesso e ao abandono escolares. A avaliação rigorosa é indispensável, para alunos, professores e escolas. Na língua materna e na matemática tem de ser feito um forte investimento. Quanto a exames, não se mudam regras a meio do jogo, pelo que serão realizadas as provas previstas. Mas defendemos sobretudo um sistema de avaliação aferida, porque devemos privilegiar a aquisição de competências e capacidades, no quadro de cada escola, valorizando as dimensões experimentais do trabalho escolar. O próximo Governo, contudo, vai assumir funções praticamente às portas do 3º período do ano lectivo, o que torna impraticável uma decisão que suspenda os exames já marcados desde o início do ano.



8. A manutenção dos exames do 9º ano, como pretendem o PSD, PP e PS será muito prejudicial para os alunos que tiveram um ano cheio de problemas, desde logo os atrasos na colocação dos docentes por exclusiva responsabilidade do Ministério da Educação. Nós defendemos a sua suspensão este ano e, para o futuro, entendemos que deverá fazer-se uma profunda revisão do regime de avaliação do ensino básico, assente em princípios de avaliação contínua, devendo ser abolidos os exames como forma decisiva e determinante de selecção.



8. O Bloco de Esquerda considera que a realização de exames de nono ano é um erro, não só conjuntural, dado o atraso no início deste ano escolar, mas sobretudo, um erro profundo sobre a concepção da natureza do terceiro ciclo de estudos. O seu cancelamento, é por isso uma das exigências que faremos ao governo que sair das eleições do dia 20 de Fevereiro.

O terceiro ciclo tem uma natureza própria, dirigida às necessidades de formação dos jovens, que deve contemplar uma diversidade ampla de preocupações didácticas e pedagógicas, no sentido de se dirigir ao



desenvolvimento de saberes académicos, pragmáticos, sociais, bem como de competências informais e afectivas. A realização de exames nesta fase de formação dos jovens é um obstáculo á complexidade de aprendizagens que importa desenvolver e tem por único resultado agravar uma componente de selectividade da avaliação.

9. Considera o partido necessário rever a lógica dos agrupamentos de escolas, no respeito pela vontade expressa das respectivas comunidades educativas e corrigindo os erros cometidos?



9. Consolidaremos a dinâmica dos agrupamentos de escolas do ensino básico, numa lógica em que a organização seja instrumental face às finalidades educativas.



9. Os agrupamentos de escolas, principalmente no norte e centro do país, foram constituídos de forma ilegal e à margem da vontade das comunidades educativas. Por outro lado, os agrupamentos de escolas não vieram resolver os graves problemas que afectavam as escolas, em particular as do 1º Ciclo, tendo, em muitos casos, criado novos problemas principalmente às EB 2.3. O PCP defende uma avaliação séria deste processo e, nos casos em que se justifique e seja vontade das comunidades educativas, deverão ser revistos os agrupamentos constituídos.



9. Esta é, sem dúvida uma necessidade urgente. O agrupamento de escolas pode e deve promover uma lógica de organização da oferta educativa fundada na coordenação entre diferentes ciclos de aprendizagem, otimizar a relação solidária entre os participantes a ajudar a desenvolver a ideia de que as escolas são centros de recursos preciosos, ao serviço das comunidades em que se inserem, e portanto com capacidade de diálogo e coordenação entre si. Contudo, o processo que tem vindo a ser imposto às escolas tem conduzido a situações de profundo mal-estar, que precisa de ser corrigido, desde logo garantindo a equidade de representação de todos os graus de ensino nos órgãos de gestão e administração.

10. Qual a política que o partido se propõe levar a cabo no que respeita à direcção e gestão escolar, nomeadamente no que se refere aos princípios da elegibilidade e da prevalência do interesse pedagógico?



10. O PS defende a autonomia das escolas. E o próximo Governo PS deseja concretizar uma maior autonomia das escolas, segundo um quadro comum a todas as escolas e agrupamentos – colegialidade na direcção estratégica, participação da comunidade local, gestão executiva segundo critérios educativos. A direcção e a gestão deverão respeitar a distinção constante na LBSE e serão celebrados contratos de autonomia, no âmbito da legislação em vigor.



10. O PCP, como ficou expresso, por exemplo, no debate em torno da revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo defende acerrimamente o aprofundamento da Gestão Democrática das Escolas. Nesse quadro, princípios como o da elegibilidade e da prevalência do interesse pedagógico são fundamentais.



10. O Bloco de Esquerda defende uma gestão escolar fundada sobre os princípios da colegialidade, da democracia e da representatividade de todos os membros das comunidades educativas. Defendemos também o princípio da autonomia financeira e pedagógica, o que significa que os orçamentos das escolas e agrupamentos de escola devem ser fundados em projectos educativos participados e corresponder a um investimento do estado na optimização e qualificação da oferta educativa, combatendo a tentação de mercantilização de serviços escolares.

11. O partido considera ou não necessário promover a estabilidade profissional dos professores e do funcionamento das escolas, regulamentando incentivos à fixação dos docentes em áreas isoladas e desfavorecidas, designadamente adoptando medidas que visem o reajustamento dos quadros adequando-os às reais necessidades das escolas, promovendo a vinculação dos docentes contratados?



11. Os educadores e professores são os agentes fundamentais da educação escolar. A estabilização do corpo docente das escolas, permitindo a constituição de equipas educativas e o reforço das competências de cada escola na gestão do seu pessoal docente são objectivos muito importantes, ainda por cumprir. Infelizmente, o processo de colocação de professores no corrente ano lectivo foi caótico. A prioridade do Governo PS será, necessariamente, estabilizar de novo o sistema de colocação, revendo a legislação nos pontos críticos para essa normalização e aproveitando mecanismos, como a ordem das prioridades de destacamento e a recondução, que possam induzir, por si mesmos, menor mobilidade dos docentes. O PS, quando esteve no Governo, teve oportunidade de dar início ao processo de regulamentação dos incentivos à fixação de docentes e não se coibiu de abrir as vagas necessárias dos vários quadros para que as escolas funcionem com elevados padrões de qualidade.



11. A estabilidade do corpo docente das escolas é fundamental para o seu bom funcionamento. Assim, o PCP considera indispensável a regulamentação do artigo 63º do Estatuto da Carreira Docente (incentivos à fixação em zonas isoladas e desfavorecidas), a abertura de lugares de quadro nas escolas de acordo com as suas reais necessidades e a aprovação de um regime de vinculação que garanta a todo os professores contratados o ingresso num quadro por tempo de serviço prestado. Ou seja, um regime dinâmico de vinculação de docentes.



11. O Bloco de Esquerda defende que, ao contrario do que tem sucedido nos últimos anos, a vinculação dos docentes seja feita, preferencialmente, à Escola e não ao Quadro de Zona Pedagógica – como tem acontecido. Só existe projecto educativo de qualidade com a existência de um quadro docente estável.

12. Está o partido disponível para concretizar o direito ao subsídio de desemprego para os docentes do ensino superior e investigadores?



12. Foi o Governo do PS que aprovou o Decreto-Lei n.º 67/2000, de 26 de Abril que passou a proteger os professores contratados quanto à eventualidade de desemprego. Quanto aos docentes universitários e investigadores terá de haver uma ponderação cuidada da questão considerando as suas especificidades.



12. O PCP propôs, na Legislatura que terminou, o Projecto de Lei 234/IX/1 prevendo a atribuição de subsídio de desemprego aos docentes do ensino superior e investigadores que foi rejeitado pela maioria. Reapresentou o mesmo projecto (540/IX/3) que caducou em virtude da dissolução da AR.



12. Na última legislatura, o Bloco de Esquerda votou favoravelmente o projecto apresentado pelo Partido Comunista Português que instituiu o subsídio de desemprego para todos os professores e investigadores do Ensino Superior, cobrindo todas as situações. Naturalmente, estará disponível para o fazer novamente.

13. Admite o partido concretizar medidas que desbloqueiem a situação profissional dos docentes com habilitação própria viabilizando a sua profissionalização?



13. Foi um Governo do PS que alterou os requisitos de vinculação aos quadros de zona pedagógica e estabeleceu o direito de acesso à profissionalização em serviço dos docentes integrados em quadros de zona pedagógica, introduzindo alterações de natureza instrumental no regime da profissionalização em serviço. O PS está disponível para considerar as necessidades de alteração ao actual modelo de profissionalização.



13. O PCP defende que todos os professores no sistema deverão ser profissionalizados. Nesse sentido, os professores portadores de habilitação própria que se encontram a leccionar deverão ter acesso à profissionalização, devendo, também em nossa opinião, ser integrados em quadro se já leccionarem há dois ou mais anos.



13. Por uma questão de justiça, e porque o país não pode prescindir do seu contributo e saber, o Estado deve garantir a todos os docentes com habilitação própria as hipóteses e meios para completarem a sua formação e garantirem a profissionalização.

14. Garante o partido que o sistema de recrutamento e selecção dos docentes da educação pré-escolar e dos ensinos básicos e secundário mantém o seu carácter anual, nacional, universal?



14. Uma das prioridades do Governo PS será, necessariamente, estabilizar de novo o sistema de colocação, revendo a legislação nos pontos críticos para essa normalização e aproveitando mecanismos, como a ordem das prioridades de destacamento e a recondução, que possam induzir, por si mesmos, menor mobilidade dos docentes. Mas reforçaremos de imediato os instrumentos de utilização positiva dos professores sem horário lectivo atribuído; e, ainda durante a próxima legislatura, introduziremos medidas que permitam descentralizar gradualmente o sistema de recrutamento e colocação por concurso público e obedecendo a exigências comuns estabelecidas, acompanhando e avaliando acções-piloto neste domínio.



14. O PCP considera essenciais os princípios da anuidade e universalidade dos concursos para educadores e professores que deverão continuar a ser nacionais. As confusões surgidas este ano nada tiveram a ver com estes princípios, como se prova pelos anos anteriores, antes decorreram da incompetência técnica e da irresponsabilidade política das duas últimas equipas do Ministério da Educação. Mas, para além destas questões, o PCP entende que o actual regime de concursos e colocações de professores não é promotor da estabilidade das escolas e do seu corpo docente, para além de pôr em causa direitos profissionais dos docentes, devendo ser urgentemente alterado.



14. Sim. O carácter anual e universal do sistema é o único garante da transparência neste domínio e

o que garante a equidade de condições entre as escolas dos grandes centros urbanos do litoral e as de um interior cada vez mais desertificado.

15. Concorde o partido com o alargamento dos quadros para os docentes do ensino superior e para os investigadores e com a sua transformação em quadros de dotação global?



15. O Governo do PS reabrirá o processo de revisão das leis que regulam a autonomia das universidades e politécnicos e o processo da revisão dos estatutos da carreira docente com as respectivas estruturas sindicais. No que respeita às carreiras docentes, o objectivo é estabelecer um único estatuto que acolha perfis docentes diversificados, mas com equivalência no topo da carreira, que premeie o bom desempenho em todas as dimensões da profissão docente e que facilite a mobilidade entre os diversos perfis e instituições, entre carreiras docente e de investigação e entre carreiras académicas e actividades profissionais fora do ensino. Será, contudo, um processo aberto de negociação.



15. A posição do PCP é favorável ao alargamento dos quadros no ensino superior, um sector onde, como é do conhecimento geral, mais de 70% dos docentes e investigadores se encontram em situação de vínculo laboral precário.



15. No seu programa, o Bloco de Esquerda defende que a qualificação do corpo docente, em todos os sub-sistemas do ensino superior, deverá ser assumida como uma prioridade. Sem querer interferir directamente com os estatutos das carreiras que deverão ser negociados com os Sindicatos, o Bloco de Esquerda concorda com o alargamento dos quadros e com a sua transformação em quadros de dotação global, uma vez que o seu actual estrangulamento, fruto das políticas economicistas dos anteriores governos, é profundamente desmotivador para os docentes, prejudicando a qualidade de ensino e fomentando, nomeadamente no Ensino Politécnico, a precariedade laboral.



16. Está o partido de acordo com a publicação de um instrumento regulador da contratação e da carreira dos docentes do ensino particular e cooperativo, com vista à estabilidade de emprego, ao efectivo direito a condições de trabalho e de formação e à concretização do direito a uma carreira?



16. Atendendo às especificidades, é indispensável salvaguardar o respeito dos mais elementares direitos destes profissionais.



16. O PCP considera que os docentes do ensino particular têm sido muito penalizados por entidades patronais por vezes sem escrúpulos. Assim, no sentido de inverter a actual situação consideramos urgente a criação de condições de trabalho, de formação e de estabilidade de emprego, bem como o direito a uma carreira.



16. O Estado deve assegurar, através dos mecanismos legais que sejam necessários, que os docentes no sector privado têm o direito às mesmas condições profissionais, salariais e liberdades sindicais do que os seus colegas no sector público. Se essa igualdade pode ou não ser conseguida através da publicação de um instrumento regulador da contratação é um debate no qual o Bloco de Esquerda está disponível para participar.

17. Considera o partido que a educação pré-escolar deverá ser efectivamente reconhecida como a primeira etapa da educação básica, o que significa o respeito pela sua Lei Quadro e a obrigatoriedade da sua frequência pelas crianças no ano que antecede a entrada no 1º CEB e a aplicação do calendário escolar previsto para o ensino básico?



17. Foi o PS que colocou a Educação de Infância como primeira prioridade da política educativa, aprovando, em 1997, a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar, diploma que veio consagrar, pela primeira vez, um ordenamento jurídico da educação pré-escolar, definindo, entre outras, as condições de participação das famílias na educação pré-

escolar, o papel estratégico do estado, a tutela pedagógica e técnica e o regime de pessoal, criando, deste modo, toda uma arquitectura jurídica de enquadramento dos diferentes estabelecimentos de educação, quer da rede pública, quer da rede privada. Importa agora alargar progressivamente a todas as crianças em idade adequada a educação pré-escolar o que implica retomar a aposta na rede nacional de ofertas da educação de infância e reforçar os instrumentos de inclusão. As metas principais do PS neste âmbito serão as de atingir, no fim da legislatura, que 100% das crianças com cinco anos de idade estejam a frequentar a educação pré-escolar.



17. As posições do PCP sobre a Educação Pré-Escolar são claras no projecto de Lei que apresentámos para revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo. Em nossa opinião a Educação Pré-Escolar deverá ser considerada a Primeira Etapa da Educação Básica; deverá estabelecer-se a obrigatoriedade de frequência no ano que antecede a entrada na escola por razões de igualdade de oportunidades; a discriminação da Educação Pré-Escolar no que respeita ao calendário escolar só pode ser sustentada por quem tem deste sector de educação uma visão assistencialista, social e não entendeu não serem esses os objectivos da Educação Pré-Escolar. Não são essas as posições do PCP pelo que defendemos um calendário escolar igual para a Educação Pré-Escolar e o Ensino Básico.



17. Sim. O Bloco de Esquerda, no projecto que apresentou para uma nova Lei de Bases do Sistema Educativo, defendeu propostas que colocam sobre o Estado o ónus de garantir que todas as crianças tenham acesso à Educação para a Infância a partir dos 4 anos de idade. Seja em contexto familiar, quando as famílias explicitamente fizerem essa opção, seja em contexto de instituição educativa do Estado.

18. Garante o partido subordinar a criação de respostas privadas ao conteúdo do preceito expresso no artigo 75º da Constituição da República Portuguesa? Garante ainda o partido pôr termo às ilegalidades já cometidas?



18. As escolas são o centro do sistema educativo. Devem estruturar-se, aliás nos termos da própria Constituição da República Portuguesa, numa rede coerente de recursos de educação e formação, ao longo de todo o território. Consolidaremos assim a dinâmica dos agrupamentos de escolas do ensino básico, mas numa lógica em que a organização seja instrumental face às finalidades educativas. Não deixaremos, contudo, de prosseguir a imperiosa racionalização das redes de jardins-de-infância e de escolas do ensino básico, em estreita cooperação com as autarquias e em cooperação com as instituições competentes e as representativas da sociedade civil. As situações ilegais detectadas serão, neste como em todos os sectores, objecto das acções disciplinadoras adequadas.



18. O PCP concorda com o disposto na Constituição da República Portuguesa no que respeita ao carácter supletivo das respostas privadas em educação. Por essa razão se opôs à tentativa do PSD e do PP de alterarem o artigo 75º da CRP. O PCP considera que o ensino de iniciativa privada é uma liberdade, devendo desenvolver a sua actividade de acordo com os quadros legais vigentes. Tal significa, obviamente, a correcção de situações ilegais que possam existir.



18. O Bloco de Esquerda, reconhecendo ao ensino privado e cooperativo um carácter supletivo, coloca-se na perspectiva da defesa da escola pública enquanto instrumento de apropriação colectiva de saberes. A Constituição da República atribui ao Estado a responsabilidade em matéria de definição de princípios orientadores e de garantia de direitos, e este deve desenhar as formas de engenharia do sistema, de organização administrativa e de financiamento de forma a garantir o princípio da universalidade e da equidade que só a escola pública pode garantir. Existem boas e más escolas públicas, da mesma forma que existem boas e más escolas privadas. No entanto, só a escola pública mantém as portas abertas para todos os cidadãos.



No diálogo com os jornalistas em Coimbra, Paulo Sucena revelou que a FENPROF organizou para o dia 11 de Fevereiro, em Lisboa, um debate sobre Educação com representantes dos partidos políticos

Paulo Sucena à conversa com os jornalistas em Coimbra

São necessárias políticas educativas em sintonia com a Constituição da República

"A situação que se vive actualmente em Portugal exige que a Educação esteja no primeiro plano das preocupações de toda a sociedade. Há quem esteja obcecado com o défice, transformando-o na primeira prioridade. A construção do futuro, nesta etapa da vida do País, exige outras perspectivas, que passam por políticas corajosas e objectivas de incentivo ao desenvolvimento social, cultural e económico".

As palavras são de Paulo Sucena e foram proferidas na conferência de Imprensa realizada pela FENPROF, em Coimbra, no passado dia 18 de Janeiro, para apresentação do documento "Contributos para uma nova política educativa", elaborado pelo Secretariado Nacional da Federação.

Na intervenção em que abordou esta tomada de posição da FENPROF e no diálogo que manteve com os jornalistas, o secretário-geral da Federação Nacional dos Professores acabou por chamar a atenção para um conjunto de matérias que marcam a actualidade do sistema educativo e a sua profunda ligação com os desafios e os destinos que se colocam ao País neste momento difícil.

Paulo Sucena destacou, entre outros aspectos, os grandes objectivos que, em matéria de política educativa, estão consignados na Constituição da República e que devem nortear a actuação de qualquer Governo, independentemente do seu alinhamento político.

A Lei Fundamental, recordou o dirigente sindical, aponta para uma Escola democrática e para uma rede de estabelecimentos públicos que cubra as necessidades de toda a população. Há que pôr de pé, destacou Paulo Sucena, políticas que efectivamente respondam a esses nobres objectivos, que sucessivos Governos têm adiado, em sintonia com as pressões do neoliberalismo,

mais interessado na mercantilização do ensino do que na sua expansão democrática.

O dirigente do SPGL e da FENPROF condenou "a decisão leviana" de insistir nos exames de 9º ano a Português e Matemática, ainda por cima "num ano lectivo que começou de forma desastrosa", lembrando as posições críticas não só dos Sindicatos de Professores e da Federação mas também das associações profissionais e da CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais).

Formação de professores

"A FENPROF é contra a transformação das escolas em empresas", lembrou Paulo Sucena a propósito das questões de gestão e das ameaças crescentes à gestão democrática dos estabelecimentos de ensino.

"Velha reclamação da FENPROF", a formação de professores foi apontada pelo dirigente sindical como uma matéria de viva actualidade, chamando a atenção dos jornalistas para o seminário que a Federação vai realizar nos dias 17 e 18 de Março.

Sucena teve ainda oportunidade de sublinhar a firme posição da FENPROF em matéria de concursos de professores: em defesa dos concursos universais, rigorosos, isentos, contra concursos de natureza regional e, naturalmente, contra as teses da municipalização, que deixariam o caminho aberto à sua partidarização. | JPO

Governo previu inflação abaixo do valor real “para conter salários”

O Governo tem feito nos últimos anos previsões de inflação abaixo dos valores reais para, deliberadamente, não deixar crescer os salários. A acusação é da CGTP, na sequência da divulgação pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), de que a inflação em 2004 foi de 2,4 por cento - o Governo previra 2,0 por cento(...)

“Nos últimos seis, sete anos, sempre dissemos que as previsões de inflação do Governo eram demasiado optimistas e a verdade é que os valores reais têm ficado sempre bem abaixo do que se antecipa”, afirmou ao PÚBLICO Amável Alves, da Comissão Executiva da CGTP, acrescentando que essa “táctica serviu sempre para descer os salários reais dos trabalha-

dores”. O sindicalista acredita que o executivo “sabe que faz estimativas abaixo da realidade”. (...)

No ano que passou, a política de rendimentos “foi particularmente penalizada” pela previsão abaixo da realidade (...)

“O problema não se fica pela redução dos salários reais. Há muitos bens essenciais de que os trabalhadores dependem diariamente, como os transportes públicos, a electricidade, os combustíveis e a alimentação, cujos preços cresceram acima do índice de inflação”, realça Amável Alves. “Os trabalhadores têm sido prejudicados pelas projecções erradas dos vários governos”, remata. | *Público*, 15/01/2005

Pais desafiam partidos a divulgar projectos para a Educação

A Confederação Nacional de Associações de Pais (Confap) lançou um desafio a todos os partidos políticos para se pronunciarem sobre os projectos que defendem para a educação, anunciando que vai solicitar reuniões para apresentar um manifesto com propostas para o sector.

No documento intitulado “Manifesto para o Futuro da Educação em Portugal - O Olhar dos Pais”, a ser entregue aos partidos políticos com assento parlamentar que participam nas eleições legislativas de 20 de Fevereiro, a Confap apresenta um conjunto de propostas para o sector. Os pais reclamam maior participação na educação, assim como a avaliação das leis aplicadas ao sector, com consequente alteração e inovação das que não tiveram resultados satisfatórios.

A Confap contesta, assim, que sejam apagadas leis apenas para se fazerem outras, sem qualquer avaliação das que existem.

No manifesto, os pais advogam, por exemplo, a criação do provedor

da criança e a revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo com um amplo consenso das forças políticas, económicas, dos professores e das organizações de pais.

É igualmente defendida a rápida implementação da cobertura nacional do ensino pré-escolar, a revisão curricular do 1º ciclo, a avaliação e eventual revisão dos critérios de orientação pedagógica das aulas de 90 minutos (no ensino secundário) e dotação das escolas com equipamentos básicos, como laboratórios, refeitórios, instalações desportivas, aquecimento das salas de aula ou transportes para as escolas.

Entre outras questões, a confederação pede que seja regulamentada a legislação que prevê a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos, sem perda de direitos na sua actividade profissional, que a Confap integre também o Conselho Económico e Social e que seja reconhecida como entidade certificadora da formação parental para que possa concorrer a programas europeus. | *Lusa*, 13/01/2005



Aberta à participação de sócios e não sócios
Inscreve-te até 4 de Março de 2005
Envia resumos de comunicações até 4 de Fevereiro de 2005
(www.fenprof.pt/superior) (sup@fenprof.pt)

11 e 12 Março
Anfiteatro da Faculdade de Psicologia
e Ciências da Educação - Lisboa

Conferência Nacional
ENSINO SUPERIOR e INVESTIGAÇÃO

Avança a preparação da Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação

A FENPROF vai realizar a Conferência Nacional do Ensino Superior e da Investigação nos dias 11 e 12 de Março. A iniciativa decorrerá no Auditório da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Destacamos, entretanto, os novos prazos relativos às etapas preparatórias da Conferência e em particular para a nova possibilidade de apresentação de documentos gerais.

Até 10/02: Notificação da aceitação de comunicações individuais.

Até 14/02: Divulgação por cada Sindicato da FENPROF das candidaturas a delegado(a) e das datas e formas de votação.

Até 04/03: Recepção de inscrições para a Conferência.

Até 04/03: Apuramento por cada Sindicato dos resultados da eleição de delegados.

Até 07/03: Divulgação dos resultados das eleições de delegados.

Até 07/03: Entrega na FENPROF ou nos seus Sindicatos, para divulgação, dos textos integrais das comunicações individuais aceites.

Os trabalhos preparatórios da Conferência avançam, assim, num período em que se espera que sejam debatidas seriamente as políticas para o futuro do nosso País, nas quais se inserem o Ensino Superior e a Investigação, como áreas estratégicas incontornáveis para o desenvolvimento económico e social.

A resolução dos graves problemas das carreiras, mais uma vez adiada devido à queda de ministros ou de governos; o sentido das reformas em perspectiva, impulsionadas pelo *Processo de Bolonha*, para cuja aplicação continua a haver um preocupante défice de participação; e a questão dos orçamentos de funcionamento das escolas, cuja redução constante tem conduzido a despedimentos de docentes que continuam sem direito a subsídio de desemprego, constitucionalmente garantido a todos os trabalhadores, são motivos de sobra para a mobilização e a acção de modo a não permitir que o futuro governo do país adie as necessárias respostas a todos estes problemas e persista em tolher o essencial papel que o ensino superior e a investigação e, em particular, os docentes e os investigadores podem e devem desempenhar em prol da modernização e do desenvolvimento do País. |



Combater reformas de exclusão

■ Vítor Gomes (Conselho Nacional da FENPROF)

Vivemos num tempo em que a terminologia de educação tem amplas significações e, por isso, perversas implicações. Em Educação Especial é notória essa dualidade, utilizando os nossos governantes termos técnicos com variadas significações, de modo a orientar os seus discursos.

A problemática dos Apoios Educativos é hoje, pela razão acima enunciada, uma questão relevante no Sistema Educativo, face às alterações que a Escola sofreu nos últimos anos e às constantes alterações que o Ministério da Educação pretende introduzir.

É certo que a Escola Inclusiva não se decreta, vai-se construindo. Mas assegurar um ensino de qualidade para todos, implica um conjunto de condições mínimas nas áreas do financiamento, dos currículos, das instalações, da organização escolar, da pedagogia, da avaliação, dos recursos humanos, da ética e, sem a reunião dessas condições, o desenvolvimento do processo é ilusório.

Nos dois últimos anos, o Ministério da Educação pretendeu reformar a Educação Especial, introduzindo conceptualizações que alteram radicalmente a lógica dos serviços de educação especial.

Manobra do ME...

Esta Reforma, unanimemente recusada e denunciada por toda a sociedade educativa e pelos especialistas da área, pretendeu criar um sistema educativo paralelo ao Sistema Educativo regular para todas as crianças e jovens com problemáticas de necessidades educativas especiais, dividindo-os em dois grandes grupos – um para os portadores de deficiência (de carácter permanente e avaliados ao nível das funções ou estruturas do corpo – Classificação Internacional da Funcionalidade, Incapacidade e Saúde CIF) e um outro para as Dificuldades na Aprendizagem (de carácter temporário).

Não conseguindo implementar esta Reforma da Educação Especial e Apoio Sócio-Educativo, o Minis-

tério da Educação, habilmente, tenta operacionalizar esta reforma. Senão vejamos, citando os seguintes diplomas legais, projectos de diplomas e informação oficial do Ministério da Educação:

1. Despacho 8113-A/2004, de 22 de Abril – Requisições e Destacamentos

III – “Considerando que se encontra em preparação o projecto de diploma sobre a educação especial e o apoio sócio-educativo, já submetido a discussão pública, sendo aconselhável a sua aplicação, quanto à colocação de docentes, no ano escolar de 2005-2006;”

2. Despacho Normativo 1/2005, de 5 de Janeiro – Avaliação dos Alunos do Ensino Básico

Art. 77º – “Os alunos abrangidos pela modalidade de educação especial serão avaliados, (...), de acordo com o regime de avaliação definido no presente diploma”.

3. Projecto de Despacho – Regras de aplicação de Medidas de Apoio Educativo

Art. 2º – “Entende-se por apoio educativo o conjunto das estratégias e das actividades concebidas no âmbito curricular e de enriquecimento curricular, desenvolvidas na escola ou no seu exterior, que contribuam para que os alunos adquiram as competências, de forma a possibilitar o sucesso educativo de todos os alunos”.

4. Recolha de Informação Estatística (GIASE)

Nas instruções de preenchimento do Modelo n.º 500 podem ler-se: “A.1 – Número de alunos com necessidades educativas especiais – NEE, segundo o nível de ensino, por sexo. A designação «Alunos com Necessidades Educativas Especiais de carácter prolongado, refere-se aos alunos que apresentam graves dificuldades no processo de ensino/aprendizagem e participação no contexto educativo/escolar, decorrentes da interacção entre factores ambientais (físicos, sociais e atitudinais) e limitações de grau acentuado ao nível do funcionamento do aluno num ou mais domínios. As limitações que estes alunos apresentam ao nível do seu funcionamento implicam a adopção, de forma sistemática e contínua, de medidas e recursos especiais de educação”. “A.5 – A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) está disponível em www.dgsaude.pt”.

5. Colocação de docentes de Apoio Sócio-Educativo

Após ter permitido a mobilidade de docentes de educação especial no passado mês de Maio de 2004, o Ministério da Educação permitiu a colocação de docentes (por oferta de escola) para o apoio sócio-educativo, sem a preocupação de definir as funções destes, o público-alvo, as reais necessidades das escolas, numa clara e inequívoca incompetência, pois só agora se concretiza esta colocação.

Como podemos reparar, o Ministério da Educação, num claro desrespeito pelo diploma legal em vigor (Decreto-Lei n.º 319/91, de 23 de Agosto), quer, a todo o custo, operacionalizar uma reforma que não tem.

Num Sistema Educativo que se pretende dinâmico, de aprendizagens significativas, capaz de responder a cada um de per si, inclusivo, capaz de responder, também, àqueles que enfrentam um maior grau de dificuldades, independentemente do tipo e severidade da origem das mesmas, é a

Modalidade da Educação e Ensino Especial (regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 319/91) e são, de uma forma mais abrangente, os Apoios Educativos, que se propõem diminuir o risco de abandono e exclusão sociais.

Combater os focos de exclusão

A Escola deve ser pensada para todos, traduzindo um dos mais elementares direitos de cidadania, implementando medidas de equidade na prossecução do sucesso educativo, perspectivando, a longo prazo, uma sociedade efectivamente democrática. Deve, assim, combater preocupantes focos de exclusão, quase sempre traduzidos em abandonos precoces e elevadas taxas de insucesso escolar, factores que só favorecem e agravam a discriminação social e assumir-se como centro de produção de saberes e promoção de valores ao serviço da formação de cidadãos.

Neste momento particular da vida política nacional urge reflectir, em educa-

ção, como estamos, que rumo queremos seguir e que sistema educativo pretendemos para elevar a qualidade da educação e das aprendizagens das nossas crianças e jovens.

Que respostas têm os Partidos Políticos, caso ganhem as eleições, para a Educação Especial?

1. Assumir a Educação Especial, desde a intervenção precoce até à transição para a Vida Activa, como uma modalidade de educação, plenamente integrada no sistema educativo?

2. Apresentar, discutir e implementar um diploma regulador da docência em educação especial que vise, entre outras, a fixação às escolas de docentes devidamente habilitados?

3. Assumir a criação de equipas multi-disciplinares, numa lógica de combate ao insucesso e abandono escolares?

Neste tempo de reflexão e promoção de debates programáticos, gostaríamos de ver estas questões respondidas com as medidas concretas que pensam implementar, caso sejam Governo. |

ESTUDO

Qualificação: a verdade dos factos

■ Eugénio Rosa (*Economista*)

• As pessoas constituem a riqueza mais importante de um País, e o aumento contínuo da sua qualificação é um dos meios mais importantes para aumentar a produtividade e a competitividade das empresas e da economia do País. No entanto, em Portugal, continua-se a subestimar, em actos, o papel da qualificação profissional no desenvolvimento e na recuperação rápida do atraso do país.

• A prová-lo está o facto de que ainda em 2002, 16,5 dos quadros superiores, 26% dos quadros médios, 73% do encarregados e contramestres, 43% dos Profissionais Altamente Qualificados, e 76,7% dos Profissionais Qualificados das empresas portuguesas tinham apenas o ensino básico ou menos.

• Entre o 3º Trimestre de 2001 e o 3º Trimestre de 2004 foram destruídos em Portugal 202.800 postos de trabalho na sua esmagadora maioria associados a quali-

ficação de banda estreita e de baixa escolaridade, tendo o desemprego com a duração de 25 meses e mais aumentado 138,5% durante o mesmo período.

• Cerca de 55% dos novos patrões portugueses surgidos no período compreendido entre 1991 e 2000, antes de serem empresários possuíam a categoria de "qualificados", "não qualificados" e mesmo "aprendizes", e 100% dos patrões que apareceram no mesmo período têm uma escolaridade média de apenas 7,5 anos.

• De acordo com um inquérito realizado pelo IQF (ex-INOFOR) em 2004 a 10.022 empresas, apenas 11,8% realizam formação e as que responderam dizendo "sem formação" atingiu a elevada percentagem de 72,6%. As razões apresentadas para não fazer formação foram as seguintes: (a) 53,4% porque "os trabalhadores já têm qualificações suficientes"; (b) 40,5% porque "não faz parte da actividade da empresa";

(c) Por "falta de informação sobre formação".

• Quer o Código do Trabalho (artº 125 e 137) quer a Lei 35/2004 que o regulamenta (artº 168), embora enunciando o direito à formação, no entanto não garantem a efectividade deste direito ao trabalhador porque permite ou que a empresa acumule durante três anos as horas de formação não realizadas podendo depois substituir o seu incumprimento por uma pequena coima monetária ou então pagar ao trabalhador um pequeno valor em dinheiro em substituição da formação não realizada no caso dele terminar o contrato com a empresa. |

Das conclusões do recente estudo do economista e investigador Eugénio Rosa, subordinado ao tema "Os baixos níveis de qualificação profissional e de escolaridade de trabalhadores e patrões em Portugal constituem um obstáculo sério ao crescimento económico e são uma das causas da crise actual"



“A obsessão absolutista do défice público”

A situação das contas públicas tem levado a sugestões de aumento de impostos, cortes de pessoal e redução das transferências sociais. Que leitura faz?

CARVALHO DA SILVA - A questão das finanças públicas é importante, e o País encontra-se numa situação complicada. Mas, neste momento, rodopia-se e insiste-se numa obsessão absolutista do défice público, e não se fala dos problemas estruturais que é preciso resolver: a aposta no aparelho produtivo, a qualificação e formação dos portugueses, e outros factores fundamentais para uma alteração do modelo de desenvolvimento, sem a qual não vamos lá.

Duas observações: vemos que todo o apelo ao rigor orçamental e à necessidade de cortes por causa do equilíbrio das contas públicas tem levado sobretudo ao aumento dos sacrifícios das camadas mais desfavorecidas e a uma redução da dimensão da protecção social. A nível europeu, os processos têm sido mais complicados.

A Alemanha, por exemplo, é o maior exportador do mundo; teve um ritmo de crescimento significativo das exportações no último ano; os seus “actores” estão a procurar com agressividade caminhos para fazer face aos desafios da globalização, e, apesar de tudo, o país não apresenta um crescimento económico. Porquê? Porque a procura interna diminuiu, graças ao recuo dos direitos e rendimentos dos trabalhadores. Isto é contraditório.

Da entrevista com Manuel Carvalho da Silva, “Público”, 17/1/2005

“A Ciência e o Desporto no Pavilhão do Conhecimento”



Até 18 de Setembro pode ser visitada no Pavilhão do Conhecimento – Ciência Viva, no Parque das Nações, em Lisboa, a nova exposição “A Ciência e o Desporto”, produzida pelo Science Museum de Londres.

Como assinalam os responsáveis do Pavilhão, “o visitante pode experimentar uma variedade de actividades desportivas em 25 módulos interactivos e testar as suas capacidades desportivas”.

Lembrando que 2005 foi declarado pela ONU Ano internacional do Desporto e da Educação Física e que “para além da destreza, dedicação e esforço dos atletas, a ciência é hoje parte

integrante do desporto moderno”, o Pavilhão do Conhecimento revela que “jogar uma partida de voleibol virtual, comparar numa prova de corrida o seu tempo de reacção com o dos atletas, testar o seu peso e ritmo cardíaco em comparação com os dos desportistas profissionais e desafiar a força da gravidade numa prova de escalada, são algumas das propostas desta exposição”.

Também as crianças com menos de 7 anos podem explorar vários desportos num conjunto de módulos que lhes são especialmente dedicados.

Em www.pavconhecimento.pt encontram-se todas as informações sobre o certame, incluindo indicações concretas para os professores que desejem organizar visitas de estudo com os seus alunos. O Pavilhão disponibiliza apoio específico nas visitas com turmas que integrem alunos com necessidades educativas especiais, com a intervenção de monitores especialmente preparados. O Pavilhão do Conhecimento tem o telefone 218917100, o fax 218917171 e o mail info@pavconhecimento.pt

“Estatístico Júnior 2005”: concurso aberto a alunos do 3º Ciclo e do Secundário



Até 31 de Maio próximo decorre o concurso da Sociedade Portuguesa de Estatística (SPE) sob o lema “Estatístico Júnior 2005”.

“Estimular e desenvolver o interesse dos alunos do Básico e do Secundário pelas áreas da probabilidade e estatística” é o objectivo central desta iniciativa da SPE, inserida nas comemorações dos seus 25 anos de actividade.

As candidaturas podem ser apresentadas individualmente ou em grupo (máximo de três alunos), do qual pode fazer parte um professor, com “o papel de orientador”.

Os textos concorrentes, abordando uma temática relacionada com a teoria da probabilidade e/ou estatística, não podem ultrapassar as 10 páginas A4 e devem ser acompanhadas de um poster com o formato A2 que resume os

principais aspectos do trabalho concorrente.

Apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, o concurso da SPE prevê no seu regulamento a atribuição de prémios pecuniários aos três primeiros classificados entre os concorrentes do 3º Ciclo do Básico e também aos três primeiros classificados oriundos do Ensino Secundário.

Aos professores orientadores dos trabalhos premiados serão atribuídas anuidades de quotização como sócios da SPE, ajudas de custo para participação no XIII Congresso Anual da Sociedade e uma verba de 500 euros apenas para o primeiro classificado de cada “escalão”.

Os trabalhos concorrentes e respectivos boletins de candidatura deverão ser enviados para: Sociedade Portuguesa de Estatística (SPE), Bloco C 6, Piso 4, Campo Grande, 1749-016 Lisboa. O carimbo do correio validará a data de entrega. Contactos: telef. 217500405; e-mail mlcarvalho@fc.ul.pt

FENPROF
Fundação Nacional dos Professores

www.fenprof.pt

Atualização diária

FENPROF REAFIRMA O SEU EMPENHAMENTO NA LUTA POR UMA OUTRA POLÍTICA EDUCATIVA.
LUTA POR UMA OUTRA POLÍTICA EDUCATIVA.
1. O Presidente da República decidiu não dissolver a Assembleia da República e aceitar a indicação do nome do Presidente do FCD para Primeiro Ministro de um outro Governo apoiado pela coligação política que foi posteriormente derrotada nas eleições para o Parlamento Europeu. Governo que, na opinião do Presidente da República, deve continuar as políticas do anterior, decisão insustentável à sua constituição porque o Presidente da República não tolera derrota radical desta política.

2. A FENPROF respeita, como não podia deixar de ser, a decisão do Presidente da República mas dela discorda frontalmente e reitera a opinião de que o contexto político-social



Algumas notas sobre Educação no Brasil

■ Mário Nogueira (*Secretariado Nacional da FENPROF*)

No âmbito do Congresso da CNTE/Brasil, a FENPROF participou numa reunião no MEC, com a presença do Secretário de Estado da Educação (responsável pelo investimento e também pelas questões pedagógicas). Antes de ter assumido funções governativas, o Secretário de Estado era um destacado dirigente da CNTE. O trabalho que o Governo Democrático e Popular do Presidente Lula tem pela frente é gigantesco, mas há medidas que estão já a ser tomadas. Para que melhor se compreenda, eis alguma informação:

Sistema Educativo Brasileiro:

- Infantil (Creche 0–3) e Pré-Escolar (4–6)
- Fundamental (7–14)
- Médio (15–17)

O conjunto Fundamental/Médio constituiu o Básico.

Alguns números

Alunos matriculados no Fundamental: 49 milhões

Alunos matriculados no Médio: 19 Milhões

Fuga à matrícula no Fundamental: 6 Milhões

Abandono Escolar Precoce (s/ frequência do Médio): 12 Milhões

Professores: 2,5 Milhões

Municípios (com elevadas responsabilidades na Educação): 5562

Docentes sem habilitações: 200 000, dos quais 40.000 no Infantil.

Vários grandes problemas: a dimensão do país, as grandes diferenças entre Estados e Prefeituras, a exclusão, principalmente de meninos índios, negros e pobres (estes, claro, independentemente da origem étnica).

Grandes Áreas da intervenção do Governo

1. **Gestão Democrática das Escolas** – o governo quer que as direcções sejam eleitas e está a promover iniciativas de sensibilização nesse sentido para ganhar a comunidade educativa, bem como para a importância de se criarem e funcionarem Conselhos Escolares.

2. **Formação de professores e funcionários** – não só dos que já trabalham (Formação Contínua), mas também dos que faltam (faltam 250 000 professores de Matemática, Biologia, Física e Química do Médio).

3. **Financiamento** – Vão ser investidos 28 biliões de reais na Educação, o que o



Governo considera ainda insuficiente.

4. Combate à exclusão Projecto em curso

- Obrigatoriedade de frequência do Pré-Escolar no ano que antecede a entrada na escola (como forma de resolver o problema das classes baixas que a não frequentam. A classe média e alta frequenta-a, em média, a partir dos 4 anos). Estão em fase de discussão com as comunidades para que seja aprovada uma política para a Educação Infantil.

Programas Sociais

- A Merenda – já a têm para o Fundamental, mas não para o Médio – vão implementá-la o que custará 1,1 Milhões de Reais.
- O Livro – No Fundamental os livros

são gratuitos. No Médio vão começar agora com Matemática e Português, nos Estados pobres para, a seguir, estender a todo o país.

Outros Programas

- Escola aberta aos fins-de-semana nas zonas urbanas, para respostas sociais e de atendimento. Insere-se nos programas de combate à violência, toxicoddependência e prostituição.

- Xadrez na escola – (em todas as escolas públicas).

Valorização dos profissionais docentes

- Reforçar da formação (inicial e contínua)
- Salários (MEC pretende que salários atinjam 80% do Orçamento para a Educação dos Estados e Prefeituras. Estes só querem que seja 60%.



As desigualdades...

O Estado de São Paulo gasta por ano, por aluno, 2000 Reais. Já o de Mato Grosso do Sul gasta apenas metade. O de Maranhão não passa dos 550 Reais...

Governo pretende que o financiamento central assente em critérios de discriminação positiva, pois tratamentos iguais para situações tão diferentes acentuariam as desigualdades.

Estas são apenas algumas notas sobre as preocupações do Governo Democrático e Popular do Presidente Lula. A nós, portugueses, dá para pensarmos sobre o desinteresse dos nossos governos cada vez mais apostados na elitização e não na democratização da escola. ■



Professores Brasileiros em Congresso

■ Mário Nogueira

Resistência às políticas neoliberais vindas do lado norte-americano e à tentativa de imposição do ALCA (Acordo de Livre Comércio na América) pelos EUA; defesa de uma política nacional com reformas positivas para o país, para a educação e para os trabalhadores; crítica a medidas menos positivas do Governo; defesa de uma escola pública de qualidade e para todos, designadamente através do reforço de financiamento, de uma gestão democrática e de políticas que promovam a qualidade educativa, foram os aspectos centrais debatidos pelos professores, educadores e trabalhadores não docentes das escolas, no XXIX Congresso da CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação—Brasil) entre os dias 12 e 15 de Janeiro de 2005.

Os debates foram muito vivos, com a CNTE a definir a sua estratégia político-sindical para o triénio 2005–2008 e a eleger os seus dirigentes. Juçara Dutra Vieira foi reeleita Presidente, acompanhada agora pela Vice-Presidente Raquel Guisoni. O Secretário-geral continuará a ser Roberto Leão.

A FENPROF esteve presente, representando os professores e educadores portugueses e, em seu nome, saudou os trabalhadores de educação do Brasil. Para além da FENPROF participaram ainda organizações de Espanha (FECCOO e STEI), França (SNES), Itália (CGIL Scuola), Bolívia (STUB), Argentina (CENTERA) e Colômbia (SPC). Também a Internacional de Educação se fez representar pelo seu vice-presidente Ellie Jouen (Bélgica) e pelo responsável para a América Latina.

Deste grande Congresso saíram vitoriosos os professores e os trabalhadores não docentes das escolas brasileiras, que reforçaram a sua unidade, renovaram posições e acertaram estratégias para a luta que os/nos espera a todos. |



“Pobreza extrema”

Um desafio da ONU à Comunidade Internacional

A pobreza extrema em todo o Mundo pode ser reduzida para metade até 2015 se os países ricos destinarem cerca de meio por cento do seu Produto Interno Bruto à ajuda ao desenvolvimento, revela um relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

As recomendações da equipa “Projecto do Milénio” foram aprovadas pelas Nações Unidas e pretendem reduzir para metade o número de pessoas que vivem em situação de pobreza extrema (com rendimento inferior a um dólar [0,76 cêntimos] por dia).

Um grupo de 265 especialistas nas áreas ligadas ao desenvolvimento, liderado pelo professor Jeffrey Sachs, apresentou o relatório “Investimento no desenvolvimento: Um plano prático para atingir os objectivos de desenvolvimento do milénio”, em que propõe um conjunto de medidas concretas para alcançar aquele objectivo.

O relatório pede aos países ricos que dediquem à ajuda ao desenvolvimento 0,44 por cento do seu Produto Interno Bruto em 2006, até chegarem aos 0,54 por cento em 2015.

Estas percentagens são inferiores aos 0,7 por cento que os dirigentes mundiais reafirmaram como objectivo da ajuda ao desenvolvimento na Conferência de Monterrey (2002).

As metas apontadas hoje significam que os países ricos teriam de dedicar 135 mil milhões de dólares (103,282 milhões de euros) à ajuda ao desenvolvimento em 2006 – um aumento de 48 mil milhões de dólares (36.723 milhões de euros), ou o equivalente

a cinco por cento das despesas militares mundiais –, e deveriam atingir um valor de 195 mil milhões de dólares (149.151 milhões de euros) em 2015.

O relatório defende que a ajuda deverá ser prioritariamente canalizada para os países capazes de a utilizar de forma eficaz, nomeadamente os que demonstraram ter aderido a práticas de boa governação e usaram de transparência na elaboração dos seus orçamentos.

O relatório pretende que os países ricos abram os mercados às exportações dos países em desenvolvimento e que os ajudem a aumentar a competitividade das exportações, nomeadamente apoiando investimentos em infra-estruturas e na ciência e tecnologia.

Os dados da ONU revelam que mil milhões de pessoas em todo o mundo vivem com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,7 mil milhões com menos de dois dólares.

Todos os anos morrem no mundo onze milhões de crianças, das quais seis milhões com doenças que poderiam ser facilmente prevenidas, como malária, diarreia ou pneumonia. Em cada 30 segundos uma criança africana morre vítima de malária. Seis milhões de crianças com menos de cinco anos morrem anualmente vítimas de má nutrição.

Duas em cada cinco pessoas no mundo não têm estruturas básicas de saneamento e cinco milhões de pessoas, na maioria crianças, morrem todos os anos de doenças relacionadas com a falta de água potável. | *Lusa, 17/01/2005*



JANELA ABERTA

■ Mário David Soares *

Banalização

Um dos riscos que corre esta sociedade da massificação da imagem é a banalização de situações dramáticas vividas pelos outros e que, de forma repetida até à exaustão, nos torna insensíveis à dor e mesmo à tragédia.

A morte exibida como um acontecimento de notícia passa a ser apenas isso: um acontecimento de que se dá uma notícia. O sangue que escorre na estrada apenas surpreende por ser tão pouco quando julgávamos nós que os litros eram muitos e escorrerem em maior abundância.

Esta análise, que muitos especialistas destas matérias têm desenvolvido e chamado a atenção, veio-me à lembrança agora que está a passar a "onda" que a todos nos atingiu e que veio da Ásia. Durante dias fomos bombardeados com as mesmas imagens como se fosse necessário (re)mostrá-las para que nos apercebêssemos da dimensão da tragédia. E quando as televisões não tinham mais imagens, logo surgiram os vídeos amadores que nos mostravam mais outros (os mesmos) ângulos da tragédia. E finalmente os casos dos milagres de sobrevivência.

A determinada altura, parecia-me que, mais do que provocar a nossa solidariedade, se estava a estimular o "voyeurismo" que existe, em maior ou menor escala, em cada um de nós. E, tendo sofrido já o suficiente pelos que morreram ou estavam desaparecidos, começámo-nos a espantar com a dimensão das ondas, com a violência das águas, com os destroços arrastados, com as casas a caírem, com a força do homem que se agarrava à árvore, com aquele outro que, já cansado de tanto lutar, se deixava ir na corrente. E mais vídeos, e mais fotografias, e mais... E como já tínhamos dado o nosso contributo, a consciência, essa, estava descansada.

No que haverá de ser sempre o dia seguinte, as diatribes do Santana, as



respostas do Sócrates, as contra-respostas do PSD, o apito dourado, o Nuno Cardoso, a Isabel Damasceno, o Carlos Silvano, o Carlos Cruz, o Sporting, o Benfica e o Porto se encarregarão de nos fazer esquecer que do outro lado do planeta as pessoas continuarão a sofrer e a querer viver, apesar de tudo.

Lembrou-nos a ONU que uma grande parte da ajuda prometida, no sufoco das primeiras notícias, não chega ao seu destino por não ser já tão presente a pressão da opinião pública; lembrou-nos a ONU os gravíssimos acontecimentos que se estão a passar hoje no nosso planeta que não são notícia de telejornal e para os quais ninguém olha nem se comove (quem sabe, se por neles não estarem envolvidos ocidentais); lembrou-nos a ONU que todos os anos morrem milhões de pessoas à fome (entre as quais mais de 2.000.000 de crianças) num planeta onde outros deitam fora a comida.

Lembre-mo-nos, também, que na África subsariana 49% da população vive com menos de 1 dólar por dia e que este número aumentou de 1990 para 2000; lembremo-nos, também, que na África subsariana a esperança de vida é inferior a 45 anos enquanto nos países da OCDE ela está à beira de atingir os 80 anos!

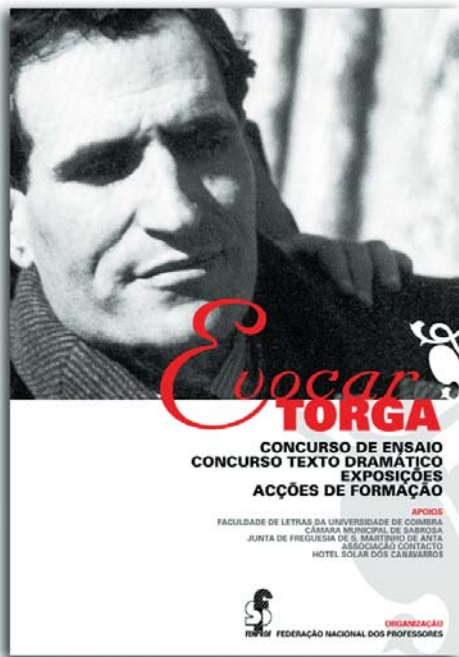
Bem sei que o drama individual, mesmo que repetido por milhões, é difícil ser avaliado. Este, o drama individual, tal como a morte, só tem importância para quem directamente o vive. A nós, os que assistimos

ao espectáculo, em geral, apenas nos sobra um "coitado", mais ou menos compungente.

Mas imaginemos que, por uma vez, conseguíamos reunir na maior praça do mundo todos os que de fome, de doença perfeitamente curável, de sida, de desespero nesse dia fossem morrer. Imaginemos que todas as televisões do mundo transmitiam em directo, durante 24 horas, este espectáculo de horror e de blasfémia. Imaginemos, ainda que por breves segundos, que conseguíamos não fechar os olhos perante este holocausto e, por fim, perguntemo-nos se, ainda assim, seríamos capazes de deixar que ele continuasse como, afinal, continua todos os dias sem que disso tenhamos verdadeira consciência. Porque os milhões que morrem à fome são hoje apenas um número que por ser apenas um número é tão abstracto que nem dá para sentir o tremor de uma emoção.

E nós, professores, continuamos a pensar que isto não tem nada a ver com a nossa profissão? Que formarmos cidadãos críticos, capazes de intervir na sociedade é só ensinar-lhes o que eles devem aprender para ter um trabalho (precário, pois claro), ganhar um salário (baixo, pois claro), constituir família (pouco numerosa, pois claro) e adormecer cansado em frente à televisão (olhando a quinta das celebridades, pois claro)?

*Num dia em que se achou mais pessimista



Evocar Torga tem iniciativa

Dez anos após a morte do médico Adolfo Rocha, a FENPROF decidiu organizar um conjunto vasto de iniciativas que têm por principal missão EVOCAR TORGA. Trata-se de uma justa e merecida homenagem ao homem e ao seu alterónimo Miguel Torga.

Do calendário geral consta: um **Concurso de Ensaio** que tem por destinatários os Professores e Educadores residentes no país ou no estrangeiro, sendo sugerido como tema, inserto no seu regulamento, a *Vida e Obra de Miguel Torga, as suas raízes, as suas terras e as suas gentes*; um **Concurso Literário – Texto Dramático**, dirigido aos jovens do ensino secundário no país e no estrangeiro que queiram conhecer melhor Torga e, a partir da sua biografia e obra, escrever para teatro.

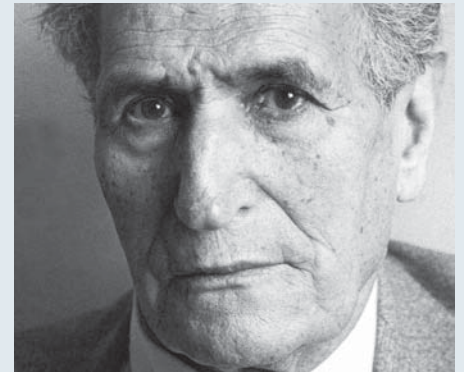
Preparamos também uma **Exposição de Pintura colectiva itinerante** cuja localização e calendário será objecto de oportuna divulgação e que conta com o apoio da Associação Contacto, para a qual foram convidados Benjamim Marques, Carlos Cobra, Costa Camelo, Dimas Macedo, Fernando Fonseca, Isabel Meireles, Jaime Liquito, Júlio Pomar, Luís Rodrigues, Manuel Barata e Paula Liberato (e/ou outros a indicar)

Os Centros de Formação dos Sindicatos da Região Centro e do Norte estão, ainda, a preparar, com a Professora Assunção Monteiro, da Universidade da Trás-os-Montes e Alto Douro, uma **Acção de Formação** preferencialmente dirigida a professores e educadores associados dos sete sindicatos da FENPROF, que ao mesmo tempo que abordará aspectos da vida e obra de Torga, percorrerá de autocarro alguns dos locais de inspiração do autor, nomeadamente alguns de entre o Rio Douro, o Miradouro de S. Leonardo de Galafura, S. Martinho de Anta (capela de Nossa Senhora da Azinheira, Largo de Eirô, Casa de Torga e Vila Condor), as vinhas do Douro, etc. ... com visita obrigatória à gastronomia da região.

Desta iniciativa daremos informação mais pormenorizada na próxima edição do Jornal da FENPROF.

A FENPROF editará, ainda, materiais específicos sobre cada uma das iniciativas, através dos quais informará as escolas e os professores, bem como os alunos do ensino secundário, dos regulamentos e passos a dar para participarem nesta grande homenagem a Miguel Torga. ■

Concurso de Ensaio “M

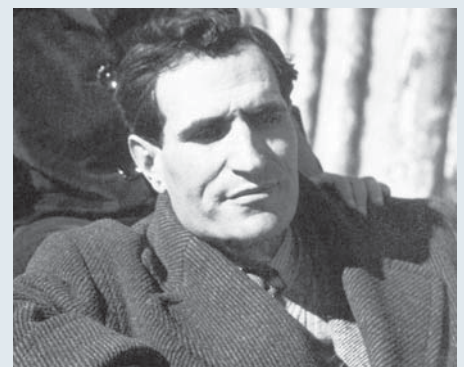


1. Este concurso dirige-se a professores de todos os graus de ensino, residentes no país e no estrangeiro;

2. Os trabalhos a concurso devem ser originais e inéditos e devem ser apresentados na modalidade de ensaio e deverão versar sobre a vida e obra de Miguel Torga, as suas raízes, as suas terras e as suas gentes;

3. Os trabalhos a concurso devem ser

Concurso de Texto Dra



1. Com este concurso pretende-se maior divulgação da vida e obra do escritor, junto dos jovens que frequentem o ensino secundário português, em Portugal ou no estrangeiro;

2. Os trabalhos a concurso devem ser originais e inéditos, podendo ser realizados em grupo, e devem ser apresentados na modalidade de texto dramático a partir dos contos de Miguel Torga;

2.1 Sempre que os trabalhos sejam realizados em grupo, apenas um dos elementos pode ser professor;

Miguel Torga”

apresentados em texto processado por computador, corpo 12, a espaço e meio, em folhas A4 brancas, apenas de um lado, com o máximo de 75 páginas;

4. Os concorrentes deverão enviar 5 exemplares em papel e uma cópia em disquete ou CD, numa versão de texto, preferencialmente do Word, até 14 de Maio de 2005 (data do correio) para: Federação Nacional dos Professores - FENPROF, Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21, APARTADO 1020, 3001 - 552 Coimbra. Os trabalhos podem, ainda, ser entregues em mão em qualquer sede ou delegação dos Sindicatos da FENPROF;

5. Os trabalhos são firmados com pseudónimo e acompanhados de envelope fechado e lacrado, contendo no interior uma folha com o nome, endereço, contacto telefónico do concorrente e o título do trabalho apresentado a concurso. No exterior do envelope deverá constar o pseu-

dónimo igual ao que assinar o trabalho;

6. Sempre que um concorrente apresentar mais de um trabalho, deverá remetê-los em separado, subscritos com pseudónimo diferente;

7. O Júri deverá seleccionar as obras a concurso e dar conhecimento público da sua decisão quanto à atribuição do prémio até 8 de Julho de 2005;

8. O Júri atribuirá um único prémio no valor de 2000 euros, podendo, ainda, caso a qualidade dos trabalhos o justifique, atribuir menções honrosas;

9. O Júri poderá, caso a qualidade dos trabalhos a concurso não o justifique, não atribuir o prémio que consta deste regulamento;

10. Não haverá recurso das decisões do Júri;

11. O Júri será constituído por 5 elementos a serem indicados pela FENPROF e por entidades apoiantes da iniciativa "Evocar Miguel Torga";

12. Os premiados deverão ser contactados telefonicamente no dia da decisão do Júri;

13. Os resultados do Concurso deverão ser publicados na edição do Jornal da FENPROF que se seguir à data da decisão do Júri;

14. A FENPROF reserva-se o direito da publicação dos trabalhos premiados, podendo, para o efeito, procurar as parcerias que considerar mais adequadas;

15. Serão excluídos os concorrentes que não respeitem as condições deste regulamento;

16. Sobre os casos omissos neste Regulamento caberá decisão do Júri;

17. A divulgação pública dos premiados será feita, nomeadamente, através dos órgãos de comunicação social;

18. Os prémios serão entregues na sessão solene de encerramento das actividades "Evocar Miguel Torga".

mático "Teatro Torga" para jovens do Secundário

2.2 Sempre que um trabalho for realizado individualmente, deve ter como autor um aluno do ensino secundário.

3. Os trabalhos a concurso devem ser apresentados em texto processado por computador, corpo 12, a espaço e meio, em folhas A4 brancas, apenas de um lado, com o máximo de 50 páginas;

4. Os concorrentes deverão enviar 5 exemplares em papel e uma cópia em disquete ou CD, numa versão de texto, preferencialmente do Word, até 14 de Maio de 2005 (data do correio) para: Federação Nacional dos Professores - FENPROF, Concurso "Teatro Torga", Rua Lourenço Almeida de Azevedo, 21, APARTADO 1020, 3001 - 552 Coimbra. Os trabalhos podem, ainda, ser entregues em mão em qualquer sede ou delegação dos Sindicatos da FENPROF;

5. Os trabalhos são firmados com pseudónimo e acompanhados de envelope fechado e lacrado, contendo no interior uma folha com o(s) nome(s), endereço, contacto telefónico do primeiro concorrente e o título do trabalho apresentado a concurso. No

exterior do envelope deverá constar o pseudónimo igual ao que assinar o trabalho;

6. Sempre que um concorrente apresentar mais de um trabalho, deverá remetê-los em separado, subscritos com pseudónimo diferente;

7. O Júri deverá seleccionar as obras a concurso e dar conhecimento público da sua decisão quanto à atribuição do prémio até 14 de Junho de 2005;

8. Atribuição de prémios

8.1 O Júri atribuirá os seguintes prémios:

1.º Prémio - no valor de 1000 euros

2.º Prémio - no valor de 750 euros

8.2 Caso a qualidade dos trabalhos o justifique, o júri poderá atribuir menções honrosas;

8.3 O Júri poderá, caso a qualidade dos trabalhos a concurso não o justifique, não atribuir os prémios que constam deste regulamento;

9. Não haverá recurso das decisões do Júri;

10. O Júri será constituído por 5 elementos a serem indicados pelos Sindicatos da FENPROF;

11. Os premiados deverão ser contactados telefonicamente no dia da decisão do Júri;

12. Os resultados do Concurso deverão ser publicados na edição do Jornal da FENPROF que se seguir à data da decisão do Júri;

13. A FENPROF reserva-se o direito da publicação dos trabalhos premiados, podendo, para o efeito, procurar as parcerias que considerar mais adequadas;

14. Serão excluídos os concorrentes que não respeitem as condições deste regulamento;

15. Sobre os casos omissos neste Regulamento caberá decisão do Júri;

16. A divulgação pública dos premiados será feita, nomeadamente, através dos órgãos de comunicação social;

17. Os prémios serão entregues na conferência de encerramento das actividades "Evocar Miguel Torga".

VI "Correntes" juntam mais de 50 escritores na Póvoa de Varzim

As VI Correntes d'Escrita, que se realizarão de 16 a 19 de Fevereiro, na Póvoa de Varzim, reunirão mais de 50 escritores de expressão ibérica, entre eles Agustina Bessa-Luís e Mário Cláudio.

Para além das mesas redondas e debates, o certame irá distinguir uma obra poética, o que acontece pela primeira vez, já que o ano passado, quando foi instituído, o Prémio Literário Correntes d'Escrita/Casino da Póvoa distinguiu um romance: "O vento assobiando nas gruas", de Lídia Jorge.

O Prémio será, este ano, atribuído a uma obra de poesia, pois como institui o regulamento, alternadamente deverá distinguir uma obra ora narrativa ora poética.

Ao Prémio candidatam-se 116 livros, entre eles cinco de edição de autor. Entre os candidatos encontram-se Ana Hartherly com "O pavão negro", Gastão Cruz com duas obras, Carlos Mota de Oliveira com "Versículos Satânicos" e Júlio Pomar com "TratadodoDitoeFeito".

Poesia será também o tema da revista

literária "Correntes d'Escritas", a editar durante o certame, e que será dedicada a Herberto Helder.

As Correntes d'Escrita, que juntam autores de três continentes, promovem ainda uma feira do livro na Casa da Juventude e encontros entre alunos locais e os escritores.

Algumas editoras apostam neste certame para lançar as suas primeiras novidades de 2005.

As Publicações D. Quixote prevêem a apresentação de cinco novos títulos, entre eles o novo de Artur Portela, "As noivas de São Bento".

Outros títulos são "Uma sombra laranja-tigre" de Afonso de Melo, "O silêncio das carpideiras" de Miguel Miranda, "O horto da minha amada" do peruano Alfredo Bryce Echenique e "O melhor das comédias da vida privada" do brasileiro Luís Fernando Veríssimo.

A Editorial Caminho prevê o lançamento do novo título de Luís Carlos Petrarquim, "O osso côncavo" e "Os olhos do homem que chorava no rio" da parceria Ana Paula Tavares e Manuel Jorge Marmelo.

Tal como o ano passado, a Âmbar Editores abre o seu ano literário na Póvoa de Varzim onde,

apresentará os novos livros de Luiz Antônio de Assis Brasil, Jordi Nadal, Paulo Reis Mourão e António Gregório, entre outros. A maior apresentação este ano é de Portugal, com 30 escritores, entre eles Urbano Tavares

Rodrigues, Luísa Dacosta, Fátima Pombo, finalista o ano passado do Prémio Literário, e Vergílio Alberto Vieira.

Depois de Portugal, surge a Espanha, com cinco escritores, entre eles Marcos Giralt Torrente. Angola leva à Póvoa quatro escritores, a "novidade" Maria Alexandre Dáskalos, e os repetentes Manuel Rui, Ondjacki e Ana Paula Tavares, que participaram em 2004.

Moçambique e Brasil participam com três escritores, a Colômbia com dois, e com um apenas, Cuba, Peru, Argentina e Cabo Verde, com Germano de Almeida | *Lusa, 12/1/2005*



Mário Cláudio, Prémio Pessoa 2004, uma presença em destaque na Póvoa

Expo

Fernando Piteira Santos *Português, Cidadão do Século XX*

Até 28 de Fevereiro estará patente ao público, em Lisboa, a exposição "Fernando Piteira Santos - Português, Cidadão do Século XX", iniciativa do Centro de Documentação 25 de Abril (criado em 1985). A exposição está dividida em três partes. Na primeira, Paulo Sucena, secretário-geral da FENPROF, analisa a vida de Fernando Piteira Santos, destacado antifascista e intelectual. Na segunda, encontramos uma cronologia, da autoria do Centro de Documentação. Na terceira, a fotógrafa Susana Paiva apresenta alguns dos objectos pessoais do director-adjunto do "Diário de Lisboa", prestigiado vespertino que continua a fazer muita falta na sociedade portuguesa. Após o período de tratamento do espólio, iniciado em 1996, a investigação sobre a vida de Piteira Santos implicou sete meses de pesquisa. A exposição foi instalada na Fundação Mário Soares, na Rua de São Bento (perto da AR). A não perder. |



Media

Medalha de Ouro do Prémio Natali para jornalista chileno

A reportagem "La sangre de un poeta", sobre os 30 anos do assassinato de Victor Jara, valeram ao chileno Cristóbal Peña a Medalha de Ouro do Prémio Natali, a distinção maior deste galardão instituído em 1992 pela Comissão Europeia para premiar jornalistas que promovam os direitos humanos, a democracia e o desenvolvimento sustentável.

Além do galardão principal, Cristóbal Peña recebeu o primeiro prémio da região América Latina e Caraíbas, no valor de dez mil euros. Os outros premiados regionais foram o paquistanês Shah Zulfiqar (Ásia e Pacífico), o nigerino Abdoulaye Ibbo Daddy (África), o marroquino Ahmed Benchemsi (Mundo Árabe, Líbano e Israel) e a britânica Sarah Boseley (Europa).

Entre os finalistas europeus estava o português Paulo Moura, que recebeu o terceiro prémio pelas reportagens "Missnana, o sonho leve da morte" e "Um bebé é um passaporte para o céu", publicadas na revista "Pública", que já em Maio



A figura e a coragem de Victor Jara foram tema de inspiração para um trabalho jornalístico de grande qualidade

de 2004 lhe tinham valido o Prémio Jornalismo pela Tolerância.

Em 2003, o jornalismo português foi igualmente distinguido pelos Prémios Natali, com a atribuição a Sofia Branco, do Público.pt, do prémio regional para o continente europeu. A edição 2004 dos prémios Natali contou com a participação de 451 jornalistas de 108 países, tendo os prémios sido entregues a 17 de Janeiro pelo comissário europeu Louis Michel. A cerimónia foi precedida de uma apresentação audiovisual intitulada "O jornalista, enquanto defensor da democracia nos países em desenvolvimento". | www.jornalistas.online.pt

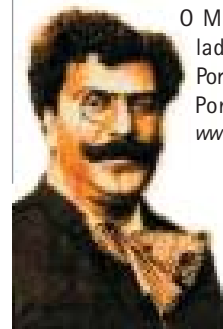
Expo

Museu da Imprensa evoca Bordallo Pinheiro

O Museu Nacional da Imprensa evoca o centenário da morte de Bordallo Pinheiro (1846-1905) com uma grande exposição, que se manterá ao longo do ano de 2005, homenageando a genialidade do autor do "Zé Povinho". Os 35 anos de trabalho de Bordallo podem ser vistos nos jornais patentes na exposição, que integra também três trabalhos originais, incluindo uma autocaricatura. Ao longo do ano, diversas peças expostas serão progressivamente substituídas por outras, dinamizando a exposição.

Para além de ter trabalhado no Brasil durante quatro anos, Bordallo colaborou com diversas publicações europeias, nomeadamente na Alemanha, Inglaterra, França e Espanha. A mostra pode ser vista na Galeria da Caricatura do Museu Nacional da Imprensa no seu horário habitual: todos os dias das 15h às 20h.

O Museu está instalado na cidade do Porto, a montante da Ponte do Freixo. | www.jornalistasonline.pt





PORTALEGRE JAZZFEST

3º Festival Internacional de Jazz

Com organização da Câmara Municipal de Portalegre, direcção artística de Carlos Barreto e vários apoios, incluindo a revista *All Jazz*, a cidade alentejana vai acolher em Fevereiro a terceira edição do Festival Internacional de Jazz. Aqui fica a programação completa desta iniciativa de referência na divulgação do jazz no nosso País, com uma saudação muito especial a todos os que, com muito trabalho, dedicação e criatividade, ergueram esta prestigiada Festa:

Dia 23 de Fevereiro | COMBOS do Workshop
dir: Carlos Barretto

Auditório da ESE | 22.00h

Dia 24 | Maria João e Mário Laginha

Cine Teatro Crisfal | 22h

Café Concerto «Regiophonia Orchestra»

Café Alentejano | 00h

Dia 25 | Enriço Rava Quintet - «Easy Living»

Enrico Rava, Gianluca Petrella, Andrea Pozza

Rosario Bonaccorso, Roberto Gatto

Cine Teatro Crisfal | 22h

Jam Session

Café Alentejano | 00h

Dia 26 | Mulgrew Miller Trio

Mulgrew Miller, Derrick Hodge

Karriem Riggins

Cine Teatro Crisfal | 22h

Jam Session

Café Alentejano | 00h

ATIVIDADES PARALELAS

21 a 26 Fevereiro

Segunda-feira a sábado

Workshop de Produção de Espectáculos,

Som e Luz

dir: Shilá Quadros Fernandes

monitor: Ricardo Queluz

09h00 - 13h00 || 14h30 - 18h30

Máximo de inscrições: 15

Preço de inscrição: 7,5 euros

Informações e inscrições: 245 33 99 34

9, 16, 22 e 23 de Fevereiro

WORKSHOP DE COMBO

Workshop de Jazz

Direcção: Carlos Barretto

Conservatório de Música de Portalegre

Máximo de inscrições: 15

Preço de inscrição: 7,5 euros

Informações e inscrições: 245 33 99 34

24 a 26 Fevereiro

Quinta-feira a sábado

Feira do disco e da revista *Jazz*

Clean Feed/Trem Azul

Cine Teatro Crisfal

A partir das 21.00h

Mostra de Vinhos Regionais de Portalegre

Cine Teatro Crisfal

A partir das 21.00h

Espaço Jam

Com Exposição de capas de Vinil de clássicos do

Jazz, projecção de documentários e filmes

jazzísticos, venda de discos e publicações de jazz.

Bar X-Terna

A partir das 16.00h

Bilhetes à venda a partir de 9 de Fevereiro no

Palácio Póvoas e Biblioteca Municipal de

Portalegre.

Preço por concerto: 3 euros. Podem ser adquiridas

entradas para todos os concertos ao preço único

de 7,5 euros.

Informações: Joaquim Ribeiro

tel 245 20 30 10 | fax 245 20 30 11

e-mail: cmp.cultura@mail.telepac.pt

Animação

Animação pedagógica nos Jerónimos e na Torre de Belém



O Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, em Lisboa, anunciam

programas especiais para as escolas, incluindo visitas guiadas, oficinas pedagógicas e ateliers, destinados a crianças do Pré-Escolar e do 1º e do 2º Ciclos do Ensino Básico. Na nossa próxima edição divulgaremos em pormenor esta interessante actividade. Para já, aqui ficam os contactos da *Equipa de Animação Pedagógica*: Mosteiro dos Jerónimos, Praça do Império, 1400-206 Lisboa, telefone: 965503841 / 213620034, fax: 21 363 91 45, e-mail : animacao.pedagogica@clix.pt As marcações devem ser feitas à segunda-feira das 10.00h às 13.00h e das 14.30h às 17.30h. As oficinas pedagógicas decorrerem de terça a sexta-feira às 10.00h, 11.30h, 14.00h e 15.30h e funcionam com um número mínimo de 10 alunos. |

Ao vivo

Concertos em Lisboa, Alcobaca Lagos e Penamacor

Da vasta agenda de concertos especiais marcados para o mês de Fevereiro, (felizmente) um pouco por todo o País, o "JF" toma a liberdade de seleccionar quatro propostas, para as quais desde já chamamos a atenção dos nossos leitores pela qualidade dos executantes pela originalidade dos programas:

- A Orquestra Barroca "Divino Sospiro", dirigida por Enriço Onofri, apresentará no dia 13, no Centro Cultural de Belém, em Lisboa, obras de Telemann, Vivaldi e Bach ("Il Giardino Armonico"). O concerto decorrerá no Pequeno Auditório, com início marcado para as 18h00.
- O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaca recebe no dia 19 um concerto de música medieval pelo grupo "Azzizzi", acompanhado do contratenor Luís Peças. A sessão começa às 21h30 e insere-se nas comemorações dos 650 anos da morte de Inês de Castro.
- Ainda no dia 19, mas a sul, no auditório do Centro Cultural de



Lagos, decorrerá um concerto (21h30) pelo grupo "Axabeba", integrado no V Festival de Música "Rota de Almutamid".

No dia 20, de novo na Região Centro, as atenções vão dirigir-se para Penamacor e para o anunciado concerto de música barroca pelo agrupamento russo "Insula Mágica", a realizar a partir das 16h00, no Convento de Santo António.

Quatro propostas a não perder! |

JPO

Fotografia

Mostra de fotógrafos alemães na Culturgest do Porto

Até 2 de Abril pode ser visitada na Culturgest do Porto (Av. dos Aliados, 104, edifício CGD) uma exposição de fotografia alemã contemporânea ("Distância e Proximidade"), com destaque para os trabalhos do casal Hernd e Hilla Becher. Outros nomes salientes da criatividade fotográfica da Alemanha, como Andreas Gursky, Cândida Hofer ou Thomas Ruff, estão também representados nesta mostra, que funciona às segundas, terças, quartas, sextas e sábados, das 10h00 às 18h00 e às quintas-feiras das 13h00 às 18h00.

Garcia Márquez



Uma interessante fotobiografia do escritor colombiano Gabriel Garcia Márquez pode ser apreciada até 28 de Fevereiro no Instituto Cervantes, em Lisboa. |